



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO
CULTURAL- PPGAP**

MILENA DE ALMEIDA SANTOS

**DOS FIOS TECIDOS E DAS VIDAS DA FÁBRICA: ANÁLISE DO PROCESSO DE
TOMBAMENTO DA CAPELA SÃO JOÃO BATISTA E AS TEIAS DE SEU
DESENROLAR**

**CACHOEIRA- BA
2023**

MILENA DE ALMEIDA SANTOS

**DOS FIOS TECIDOS E DAS VIDAS DA FÁBRICA: ANÁLISE DO PROCESSO DE
TOMBAMENTO DA CAPELA SÃO JOÃO BATISTA E AS TEIAS DE SEU
DESENROLAR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural.
Concentração: Patrimônio Cultural

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Thaís Fernanda Salves de Brito
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sabrina Damasceno Silva (*In Memoriam*)

**CACHOEIRA- BA
2023**

S237f Santos, Milena de Almeida.

Dos fios tecidos e das vidas da fábrica: análise do processo de tombamento da capela São João Batista e as teias de seu desenrolar. / Milena de Almeida Santos. Cachoeira, BA, 2023.

91f.:il.: color.

Orientadora: Prof^a Thaís Fernanda Salves de Brito.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, 2023.

1. Patrimônio cultural – Sergipe. 2. Capela São João Batista – Aracaju (SE). 3. Sergipe – Política cultural. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 363.6908140

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.

Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(Os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

MILENA DE ALMEIDA SANTOS

**DOS FIOS TECIDOS E DAS VIDAS DA FÁBRICA: ANÁLISE DO PROCESSO DE
TOMBAMENTO DA CAPELA SÃO JOÃO BATISTA E AS TEIAS DE SEU
DESENROLAR.**

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 20 de novembro de 2023.

EXAMINADORES:

Documento assinado digitalmente
 **THAIS FERNANDA SALVES DE BRITO**
Data: 20/11/2023 10:26:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB – Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **SUZANE TAVARES DE PINHO PEPE**
Data: 30/11/2023 08:13:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Suzane Tavares de Pinho Pepe (UFRB – Examinador interno)

Documento assinado digitalmente
 **JOSE MAURO MATHEUS LOUREIRO**
Data: 20/11/2023 16:13:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro (UNIRIO– Examinador externo)

**CACHOEIRA-BA
2023**

DEDICATÓRIA

À Sabrina Damasceno Silva (In memorian), que me impactou desde o momento em que a conheci, pessoa sensível, compreensiva, sensata e que faz muita falta. Com muita honra e enorme prazer pude passar dois anos sendo sua orientanda e lhe serei eternamente grata. A professora Sabrina é potência, é grandeza, é meteórica como um dia foi o bendegó, e sendo assim, a terra não lhe coube, a devolvendo a outras dimensões do universo.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, família e amigos, que me apoiaram e torceram por mim nesse momento e em outras etapas da minha vida.

À Thaís Fernanda Salves de Brito, minha orientadora, pela amizade, dedicação, doação e partilha, acho que uma das partes mais difíceis da escrita da dissertação é conseguir te agradecer, porque em palavras não consigo mensurar o tamanho da minha gratidão, a senhora me devolveu o ânimo, me fez acreditar em mim mesma e não desistiu de mim e da minha pesquisa, meu muito obrigada fica pequeno diante de tudo.

À Sura Souza Carmo, que foi minha professora e orientadora durante a graduação, se tornou minha amiga, me incentivou a começar essa empreitada e sempre esteve disposta a me ajudar.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGAP) pelo processo formativo que me proporcionaram, em especial à professora Suzane Tavares Pinho Pêpe que me orientou no tirocínio docente e que aceitou o convite para avaliar meu trabalho no processo de qualificação e defesa e ao professor Ricardo José Brügger Cardoso.

Ao professor José Mauro Matheus Loureiro por ter aceitado o convite para participar da minha qualificação e defesa, além de todas contribuições feitas à minha dissertação.

À Vinicius Tavares e Igor Santos que produziram trabalhos tão caros à minha pesquisa e a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

À família da professora Sabrina Damasceno Silva, por terem-na incentivado a seguir seus caminhos e sonhos e isso tê-la feito atravessar os meus.

Ao Conselho Estadual de Cultura através de Silvia Maia Oliveira, secretária executiva da mencionada entidade que tão atenciosamente contribuiu para a pesquisa em arquivo.

Ao Programa de Permanência Qualificada na Pós-Graduação (PROPAAE) e à Pró-reitoria de ações afirmativas da Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB) pelo seu pioneirismo tão necessário em assistir estudantes nessa e em outras etapas da vida acadêmica.

RESUMO

A presente dissertação objetiva tratar sobre o processo de tombamento e de patrimonialização da capela São João Batista, edificação remanescente do conjunto arquitetônico da Fábrica Sergipe Industrial, considerando os entrelaces no campo patrimonial que constroem esse patrimônio. Desse modo, no primeiro momento, buscou-se historicizar a Fábrica Sergipe Industrial situando o leitor sobre a trajetória deste empreendimento até a seleção de um dos imóveis pertencentes do seu conjunto arquitetônico como bem cultural do Estado de Sergipe. A seguir e visando compreender como se constituiu o processo de patrimonialização, recorreremos ao arquivo do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe, partindo para analisar o material e as etapas de sua patrimonialização, considerando além de sua organização material, os atravessamentos políticos e as disputas sobre o que é patrimônio contidos no processo em si. Apresentamos, ainda, a capela São João Batista a partir dos elementos que a compõem simbólica e materialmente, tendo como intencionalidade refletir, criticamente, sobre a representatividade deste Patrimônio de Sergipe. Por fim, buscamos compreender quais características constroem o patrimônio industrial para podermos classificar a Capela categoricamente enquanto pertencente a essa lógica, observando as submersões das memórias que a envolvem.

Palavras-chave: Patrimonialização; Capela São João Batista; Aracaju; Fábrica Sergipe Industrial; Patrimônio Industrial.

ABSTRACT

This dissertation aims to address the process of listing and heritage recognition of the Chapel of São João Batista, a remaining architectural structure of the Sergipe Industrial Factory complex, considering the interconnections in the heritage field that shape this cultural asset. Therefore, in the first part, we sought to provide a historical context of the Sergipe Industrial Factory, giving the reader an understanding of the journey of this enterprise leading up to the selection of one of its architectural properties as a cultural asset of the State of Sergipe. Subsequently, in order to comprehend how the recognition process unfolded, we delved into the archives of the Sergipe State Council of Culture, analyzing the materials and stages of its heritage recognition. This analysis considered not only its physical organization but also the political influences and disputes over what constitutes heritage inherent in the process itself. Furthermore, we present the Chapel of São João Batista by examining its symbolic and material components, with the intention of critically reflecting on the significance of this heritage in Sergipe. Lastly, we sought to understand the characteristics that define industrial heritage, allowing us to categorize the Chapel as belonging to this logic, as well as exploring the submerged memories it embodies.

Keywords: Patrimonialization; São João Batista Chapel; Aracaju; Sergipe Industrial Factory; Industrial Patrimony.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Trapiche 02 de julho, pertencente à "casa cruz", Cruz Irmãos & Cia.....	24
Imagem 2: Sergipe Industrial.....	28
Imagem 3: Vista parcial do Parque industrial.....	30
Imagem 04: Ofício do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe- CEC.....	43
Imagem 05: Ofício do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC).....	44
Imagem 06: Ofício do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-SE).....	45
Imagem 07: Ofício do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC).....	46
Imagem 08- Ofício do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC).....	47
Imagem 09: Capela São João Batista.....	53
Imagem 10: Capela São João Batista.....	53
Imagem 11: Croqui da Capela antes da reforma.....	54
Imagem 12: Croqui da capela pós-reforma.....	54
Imagem 13: Capela São João Batista.....	55
Imagem 14: Capela São João Batista.....	68
Imagem 15: Desenho da Capela São João Batista.....	69
Imagem 16: Capela São João Batista.....	70
Imagem 17: Representações humanas das colunas do gradil.....	71
Imagem 18: Espelho, cruz e serpente.....	71
Imagem 19: Cálice.....	72
Imagem 20: Âncora.....	72
Imagem 21: Chave ou espada.....	73
Imagem 22: Croqui da parte interior da capela.....	74
Imagem 23: São João Batista.....	75
Imagem 24: São Pedro.....	77
Imagem 25: Santa Inês.....	77
Imagem 26: Santo Antônio.....	77
Imagem 27: São José.....	77
Imagem 28: Santa Terezinha.....	77
Imagem 29: São João de Deus.....	77

Imagem 26: Túmulo de José Augusto César Ferraz.....	78
Imagem 27: Túmulo de Thomaz Rodrigues da Cruz.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS

- CEC** - Conselho Estadual de Cultura de Sergipe
- CECH** - Centro de Educação e Ciências Humanas (Universidade Federal de Sergipe)
- COS** - Centro Operário Sergipano
- CNRC** - Centro Nacional de Referência Cultural
- DPHAC** - Diretoria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
- DHI** - Departamento de História (Universidade Federal de Sergipe)
- FIES** - Federação das Indústrias de Sergipe
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- GPCIR** - Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades
- IPHAN** - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MHN** - Museu Histórico Nacional
- PEAFPI** - Procuradoria Especial de Assuntos Fundiários e Patrimônio Imobiliário
- PGE** - Procuradoria Geral do Estado
- SECULT** - Secretaria do Estado da Cultura de Sergipe
- SEGOV** - Secretaria do Estado do Governo de Sergipe
- SISA** - Fábrica Sergipe Industrial
- SPHAN** - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- TICCIH** - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage
- UFS** - Universidade Federal de Sergipe
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNIT** - Universidade Tiradentes

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Região leste de Sergipe.....	20
---	----

LISTA DE DIAGRAMAS E TABELAS

Gráfico 1: Pirâmide.....	31
Tabela 1: Província de Sergipe 1854. Estabelecimentos rurais.....	25
Tabela 2: Capital social – Moeda: Reais.....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. TECENDO O PATRIMÔNIO	19
1.1 Fábrica Sergipe Industrial.....	19
1.2. Sobre o empresariado: irmãos Cruz & a família Ferraz.....	23
1.3. O Parque Industrial.....	29
2. LANÇANDO A LEGITIMIDADE	36
2.1. Processo de tombamento.....	36
2.2. Solicitação da chancela.....	38
2.3. Relatório.....	41
2.3.1. O processo.....	42
2.3.2. O que diz a lei (Amparo legal).....	48
2.3.3. A fábrica.....	50
2.3.4. A inserção do bem na cidade e na história:.....	51
2.3.5. Visita ao bem proposto para tombamento.....	52
2.3.6. Nomes que se ligam à história da fábrica.....	56
2.3.7. Conclusão do relatório.....	56
2.4. Procuradoria do Estado:.....	59
2.4.1. Menção ao relatório do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe.....	60
2.4.2. Mérito.....	61
2.4.3. Da possibilidade de tombamento da capela São João Batista localizada na área da Fábrica de tecidos Sergipe Industrial em Aracaju/SE.....	61
2.4.4. Conclusão do parecer da procuradoria.....	63
2.5. Demais documentos anexos.....	64
3. A CAPELA SÃO JOÃO BATISTA ENQUANTO BEM PATRIMONIALIZADO	66
3.1. Capela São João Batista.....	67
3.2. Estátuas do gradil.....	70
3.3. Parte interior do espaço.....	73
4. PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E A TECITURA DOS FIOS	80
4.1. Patrimônio Industrial:.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

INTRODUÇÃO

O objetivo desta investigação é analisar o processo de tombamento nº 728/2013/013.000.03793/2013-9, referente à Capela São João Batista, situada no Bairro Industrial em Aracaju, último exemplar do complexo industrial da Fábrica Sergipe Industrial (SISA) e atualmente transformado em um *Shopping Center*. Junto ao processo de tombamento, esta pesquisa objetiva, ainda, refletir sobre a instrumentalização das políticas patrimoniais, notadamente dos discursos promovidos pelas Instituições responsáveis pelo fomento dessas chancelas, a fim de observar modelos de ação e avaliar as singularidades da seleção desse bem cultural. Assim, a partir de um estudo de caso, objetivamos demonstrar a variedade de relações de parâmetros que são priorizados na construção de processos de patrimonialização.

As políticas que normatizam o patrimônio no Brasil precisam lidar com a diversidade das tipologias de Patrimônio por elas assistidas, sejam no que se refere às suas características, às potencialidades e às inversões políticas de um determinado bem ou, ainda, no que tange à complexidade que ocorre no processo de escolha, a produção e o estabelecimento de um patrimônio de maneira institucionalizada.

O campo das políticas patrimoniais se demonstra semelhante a um terreno cujas características são ora férteis – onde se é possível cultivar o estabelecimento de figuras (e de personalidades históricas, como veremos aqui) e ver propagar ideais legitimados pelas vias institucionais –; ora arenoso e movediço, capaz de tragar sujeitos, e junto a eles, suas memórias. Neste sentido, e seguindo os passos do sociólogo austríaco Michel Pollak, podemos considerá-las como memórias subterrâneas (Pollak, 1989, p.02). Os patrimônios que, muito embora as mantenham escondidas e, por vezes, até mesmo negadas, também são suportes dessas memórias, que nesse caso, servem para alicerçar aquilo que estará visível para a história “oficial”.

O caso em questão, por exemplo, revela esse paradoxo: pela demolição da fábrica, promoveu-se a submersão da memória dos trabalhadores fabris e de seus ofícios na região de Sergipe, entretanto, elevou-se o outro pólo, o dos donos da fábrica por meio da valorização das figuras capitalistas e do modelo cristão representado pela escolha racional e institucional de manter, dentre o todo o complexo fabril, apenas a capela São João Batista, que foi eleita, deste modo, pelos órgãos competentes do Estado como “o” elemento representativo de todo aquele passado fabril.

Recortado de maneira explícita em defesa de interesses econômicos e políticos, essa escolha evidencia, como em outros processos de patrimonialização, que há uma espécie de padrão de acautelamento no qual são priorizados aqueles patrimônios vinculados a uma elite branca e cristã, cujas memórias são continuamente evocadas e ecoam a cada esquina das muitas cidades brasileiras.

Márcia Chuva (2012), ao se dispor a historicizar uma trajetória da noção de patrimônio no Brasil, considera as adaptações que a categoria Patrimônio passou a assumir ao longo do tempo. Sua análise ultrapassa uma visão dicotômica - estabelecida entre a materialidade e a imaterialidade do patrimônio cultural - para demonstrar como o campo patrimonial é repleto de tensões, disputas, jogos de poder, evidenciando, deste modo, que a noção de patrimônio não é desinteressada (Chuva, 2012, p.163). Assim, a historiadora afirma que não se patrimonializa um bem desprovido de sua razão política, muito pelo contrário, visto que existem infinitas pretensões para que essa ação seja tomada. Destaca-se que são inúmeros os desdobramentos de processo patrimonial até que um possível resultado seja alcançado. Portanto, torna-se claro observar, também, que a categoria de Patrimônio não se encerra em si mesma.

A noção de patrimônio, analisada por José Reginaldo Gonçalves (2007) enquanto categoria de pensamento, devido aos “contornos semânticos que ela pode assumir em contextos históricos e culturais distintos”, nos ensina que as diferentes formas de se conceber patrimônios revelam, na verdade, múltiplos aspectos da vida social e cultural. Além disso, trata-se de uma categoria comumente utilizada nos contextos das sociedades modernas e que é repleta de subdivisões resultantes das próprias diferenças culturais, dos agrupamentos sociais e dos jogos de poder (Gonçalves, 2007, p.108).

Portanto, estudar o desenvolvimento de processos formais de constituição de patrimônios, como propomos aqui, colabora para “explicitar a noção em uso e divisões que ela provoca, considerando as lutas de representação que remetem a diferentes apropriações dessa mesma noção” (Chuva, 2012, p.163). Como apontado por Chuva, o que vamos observar no caso em questão é a recorrência de que a noção de patrimônio está colocada de forma a se adequar discursivamente aos grupos que buscam utilizá-las a partir de interesses que lhe são determinados e que nem sempre favorecem a todos os envolvidos. O que nos ajuda, também, a constatar que um mesmo bem cultural pode assumir contornos distintos para realidades que são, igualmente, distintas: pode-se ainda valorizar costumes e demonizar aqueles que não se enquadram no padrão; pode-se ser construída enquanto referência e, por rebeldia, ser

desconstruída; pode-se demarcar o local de subalternidade para determinados sujeitos e ascender outros, como no caso da análise em questão.

Compreender os processos de estabelecimento institucional desses bens culturais, nos fazem questionar sobre: quais sujeitos estão em busca do selo Patrimonial? Quais são as circunstâncias que isso ocorre? Quem são aqueles que têm mais autoridade para serem atendidos? E, principalmente, nos permite considerar outros caminhos de interpretação para aquilo que foi institucionalmente consagrado. Por isso, como Chuva (2012) nos indica, se faz necessário entender que patrimonializar consiste em “selecionar um bem cultural (objetos e práticas) por meio da atribuição de valor de referência cultural para um grupo de identidade”. Se o bem patrimonializado tem como atributo a capacidade de “amalgamar grupos de identidade” (Chuva, 2012, p. 68) resta-nos entender como os agentes sociais elaboram processos de patrimonialização associados a tensões, conflitos e negociações (Perez, 2009).

Com o intuito de analisar uma ação de patrimonialização, trataremos o processo de abertura de tombamento nº 099/2011/CEC, que se revela como um exemplo da variedade de posições, interesses e disputas decisivas para o reconhecimento da Capela São João Batista enquanto Patrimônio Cultural Sergipano.

Metodologicamente, para realizar a dissertação, decidimos encará-la enquanto Estudo de Caso. Por compreendê-lo enquanto método investigativo que consiste na escolha e análise de um fenômeno dentro de seu contexto, onde os limites entre fenômeno e contexto não estão bem definidos (Yin, 2001, p.32), ou seja, esse método consiste na busca pelo entendimento de “como” ou “por que” algo ocorreu em dada realidade. Empregando-o à pesquisa e até mesmo o ultrapassando metodologicamente, utilizamos dessa ferramenta para entender como se deu determinada escolha por uma tipologia de Patrimônio e o porquê desta ter acontecido. Foram realizadas pesquisas no fundo documental do Conselho Estadual de Cultura e algumas análises imagéticas, inspirada nas reflexões da antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz (Schwarcz, 2014), o que, por sua vez, não é o foco da pesquisa, mas que deve ser apontado, enquanto uma possibilidade de caminho metodológico a ser seguido.

A dissertação será dividida em quatro momentos: no primeiro capítulo, há um exercício de historicização e de análise de contexto em que a SISA se insere na vida sergipana, soma-se a isso o contexto da região no período e a trajetória destes capitalistas que consolidaram a empresa. O segundo capítulo se dedica às informações contidas no processo de tombamento realizado pelo Estado de Sergipe através do Conselho Estadual de Cultura (CEC), seguindo uma estrutura similar à desenvolvida na ação, utilizando como subitens os títulos dos documentos anexados ao mesmo, pretendendo, dessa forma, além de fazer uma

referência, possibilitar a compreensão de como o processo foi se desenvolvendo em termos gerais. Para em seguida, no terceiro capítulo, serem discutidas questões relativas à Capela São João Batista e suas estruturas físicas e simbólicas.

Buscaremos no quarto e último capítulo entender um pouco mais sobre Patrimônio Industrial, categoria na qual o conjunto arquitetônico da Fábrica Sergipe Industrial (SISA) estaria diretamente vinculada se tivesse sido objeto de acautelamento, além de buscar compreender sobre as memórias exercitadas pela Capela e suas submersões.

CAPÍTULO I - TECENDO O PATRIMÔNIO

1.1 Fábrica Sergipe Industrial

A fundação da Fábrica Sergipe Industrial (SISA) ocorreu em 15 de fevereiro de 1882, na cidade de Maruim, localizada entre engenhos e canaviais, no interior do Estado Sergipano, “às margens do rio Ganhamoroba e comunicante com os caminhos de Siriri, Rosário, Japarutuba, Capela, N.S. das Dores, até Propriá” (Almeida, 2017, p.09), numa distância de 19.36¹ quilômetros da atual capital de Sergipe, Aracaju.

Maruim foi reconhecida enquanto vila no dia 19 de fevereiro de 1835. A cidade ganhou destaque, sobretudo durante a segunda metade do século XIX, quando foi transformada no “principal centro econômico de Sergipe devido a sua localização² geográfica, as condições climáticas favoráveis à produção do açúcar, o significativo índice populacional à época, sobressaindo-se no panorama político, econômico e cultural do Estado” (Santos, 2013, p.15).

Além de produzir açúcar, Maruim funcionava como um entreposto comercial, onde se encontravam e eram comercializadas a produção econômica das cidades dos seus arredores, tais como, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas e Rosário do Catete. Maruim desenvolveu-se em relação intrínseca com Aracaju que, por sua vez, foi fundada poucos anos depois, em 1855, e que desde sua criação fora projetada com aspirações de se tornar um centro político e regional para reunir as atividades desenvolvidas na região que cerca as cidades de São Cristóvão e Maruim. Aracaju, além de capital política do Estado de Sergipe, se tornou o elo entre essas duas cidades.

Segundo Lapa e Amorim (2020), Aracaju foi oficialmente instituída enquanto capital do Estado “pelo então presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa, na Resolução nº 413, que delineou os esforços a serem despendidos para lançar as bases da urbanização da cidade” (Lapa e Amorim, 2020, p.05). Destacamos que há uma especificidade na concepção da cidade de Aracaju que, ao contrário de muitas cidades brasileiras, foi fundada por um ato estrita e objetivamente político:

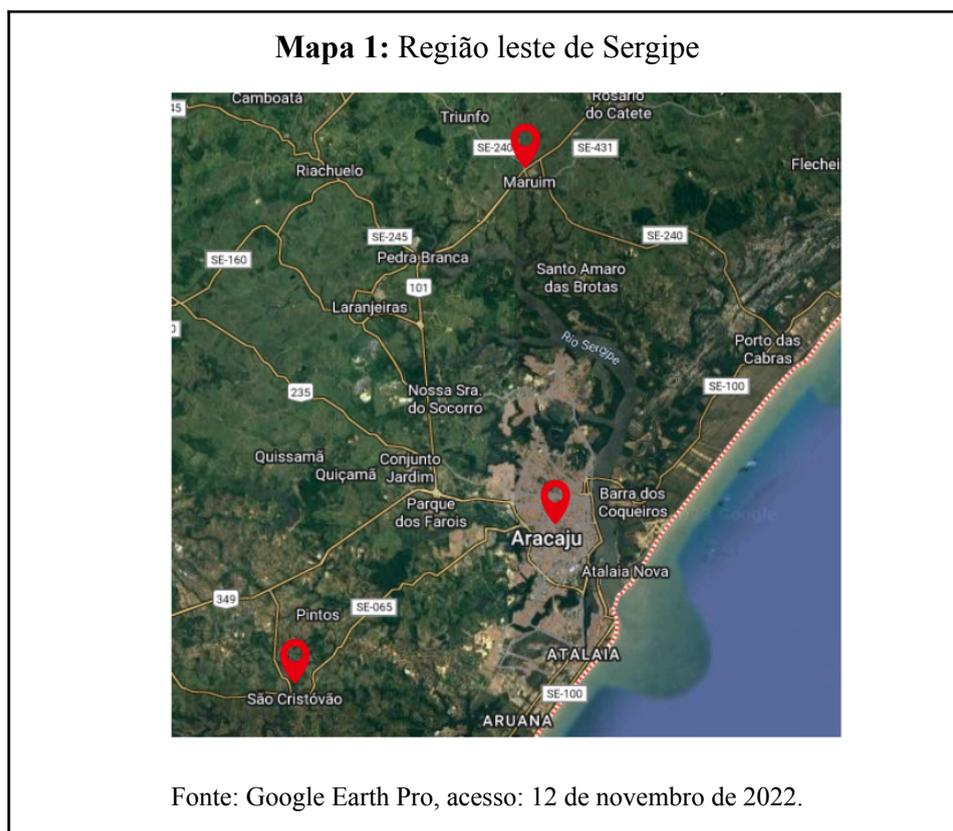
(...) Aracaju surgiu – enquanto cidade e capital - por força de uma única resolução provincial de nº. 413, de 17 de março de 1855, em terras com

¹ Distância entre as cidades considerada em linha reta, Google. 2022. Aracaju/Maruim: Google Maps.

² Silva, Clodomir. Álbum de Sergipe:1820-1920: doação de terra, colonização, conquista. 1ª reimpressão. Aracaju/SE: Gráfica e Editora e infographics, 2019, p. 236. (Coleção Casa de Sergipe, v.15-328p).

predominância de manguezais, alagadiços e dunas (...). (Santos, 2007, pp. 63-64)

O mapa a seguir sinaliza a proximidade entre as cidades de Aracaju e Maruim e também auxilia o leitor a visualizar tanto as fronteiras terrestres quanto os canais fluviais que as ligam.



Após se tornar capital (sucendo São Cristóvão), Aracaju passou, inevitavelmente, a centralizar funções administrativas do estado, além disso, reconheceu-se o seu potencial nas condições de fomentar uma maior circulação de mercadorias por meios fluviais (substituindo Maruim nesse âmbito). Desta forma, a nova capital pôde atrair empreendimentos: escolas, indústrias e comércio, como foi o caso dos irmãos Cruz, que veremos a seguir, e que promoveram e organizaram estes três tipos de empreendimentos.

Num panorama geral, Sergipe, durante a segunda metade do século XIX, lidava com a expansão da produção da cana de açúcar, fortalecendo-se à época em meio ao comércio internacional. Como o modelo econômico do período, a economia se alimentava da movimentação de exploração escravagista para a produção canavieira. Além disso, investiu-se no segundo potencial produtivo do Estado: o algodão, suprindo tanto a demanda do mercado interno quanto do mercado externo ao Estado (Subrinho, 1987, p.26).

Segundo Ana Paula Cruz (2013) e Denilza Almeida (2017), foi durante o século XIX se estabeleceram em Maruim inúmeros estrangeiros (alemães, ingleses, portugueses e franceses) e migrantes de outros Estados do país (baianos, cariocas, rio-grandenses e paulistas), fato que influenciou diretamente no desenvolvimento das atividades do comércio local, regional e possibilitou um intercâmbio internacional, principalmente pela cidade ter se tornado um pólo de produção e de exportação de açúcar; ali, com base no interesse comercial instalaram-se consulados de países como Inglaterra, Alemanha, Portugal, França, Suíça, Itália; e a chamada “África Inglesa”: África do Sul, Egito, Sudão, Gana, Nigéria, Somália, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Quênia, Malawi, Zâmbia, Gâmbia, Lesoto, Maurícia, Suazilândia, Seicheles e Zimbábue (Santos, 2014, p.63).

Ressalta-se, também, que é inevitável observar as contribuições destas trocas comerciais que não se limitam apenas aos aspectos econômicos, mas foram essenciais para formação da diversidade cultural sergipana³. Neste sentido, constata-se, assim, a condicionante desses países que firmaram seus consulados em Maruim terem influenciado no modo de pensar o trabalho localmente, principalmente pelas ideias liberais e abolicionistas da Inglaterra. Naquele momento, o Brasil ainda não tinha decretado a Lei Áurea, ainda que, tardiamente, na década de 1850, o país tivesse marcado o fim do tráfico transatlântico de pessoas negras devido às pressões externas.

Segundo Sousa (1993), a partir da análise de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1920 houve um alto índice de migração para a capital do estado sergipano, cerca de três vezes maior do que na década anterior (Sousa, 1993, p.45), decorrendo da procura de trabalho nas indústrias por parte da população rural. Com isso, tornaram a surgir preocupações das autoridades acerca do processo de urbanização, de moradia de Aracaju⁴ e dos projetos higienismo para a capital do estado (Sousa, 1993, p.46), que consistia no afastamento da população pobre do centro da cidade, a partir de decretos que estabeleciam padrões para construções e que davam margem para apropriação das casas que não os seguiam, tudo justificado por um modelo de embelezamento para Aracaju (Sousa, 1993, p.48-49).

Lindvaldo Sousa (1993), quando escreve “Em nome do progresso da liberdade: ‘Ordem’ e ‘Rebeldia’ emergente no processo urbano-Industrial de Aracaju (1910-1930)” traz

³ Não é o objetivo deste trabalho investigar esta questão, ficando como sugestão para trabalhos futuros observar as trocas culturais diante de processos comerciais na região.

⁴ “A principal temática das posturas de 1864 publicadas com a resolução nº 698 de 07 de julho do mesmo ano, composta por apenas três artigos, é estritamente dedicada ao problema dos alinhamentos e casas em palha”. (Santos, 2007, p. 108)

um apanhado de informações que colabora para entender como Aracaju fora pensada observando uma certa a lógica industrial. Dentre os sinais deste empenho, demarca-se a criação da Escola Federal de Aprendizes e Artífices, fundada em 01/05/1911 na rua Lagarto (centro da cidade), com a função de formar alfaiates e mecânicos, ou seja, operários vinculados prioritariamente à produção têxtil (Sousa, 1993, p.22).

Waldefranklyn Santos afirma que:

A década de 1920 reinaugurou uma preocupação sobre as cidades brasileiras decorrente em muitos aspectos do seu aumento demográfico favorecidos pelos acontecimentos da abolição da escravatura (1888). [Ex-escravizados], homens brancos pobres, [e] imigrantes foram os novos personagens a compor o espaço urbano das cidades, especialmente das grandes cidades, e enfrentaram as dificuldades de trabalho, os altos preços das terras urbanas e dos aluguéis. (Santos, 2007, p.109)

Embora o crescimento de Aracaju tenha se dado da região norte para a área sul da cidade, a população mais pobre seguiu a tendência em ocupar as margens das fábricas ao norte, ao oeste e às zonas mais afastadas do centro.

Junto ao tema do urbanismo, as questões econômicas também se tornaram centrais para a constituição do espaço. Josué Passos Subrinho (2000) dedicou-se a estudar a história econômica sergipana em um aspecto macro. Enquanto economista, analisou a indústria do Estado pelo viés de sua formação, construindo assim um escopo teórico que, hoje, permite entender como esse capital financeiro trouxe subsídios para a formação de um capital simbólico, posteriormente materializado na capela São João Batista, tema desta investigação. E com a intenção de analisar esse aspecto socioeconômico e cultural é que tratamos do processo de tombamento da referida Capela, o último remanescente do complexo industrial da SISA. Algo que retomaremos nos capítulos seguintes.

Subrinho (2000) destaca que, durante a segunda metade do século XIX, os Estados Unidos da América passavam pelo período de Guerra Civil, sendo que esse acontecimento excluiu o país de um quadro intercontinental de exportação de algodão; a Guerra de Secessão dividiu os EUA entre o Norte livre e o Sul escravista (Izecksohn, 2003, p. 47) e trouxe ao Brasil, um país ainda baseado em leis que garantiam uma lógica de exploração de pessoas escravizadas, a necessidade de intensificar a produção de cultura algodoeira para subsidiar às demandas nacionais. Além disso, era de interesse lançar-se num mercado internacional, tendo em vista a brecha deixada pelos Estados Unidos da América.

Neste período, a Indústria Cruz e Companhia, posteriormente denominada SISA, funcionava com 60 teares e empregava 170 operários. Em 1882, produziu, de forma

diversificada, tecidos como: brins, cetim, bulgariana⁵, algodãozinho e estopa, dedicando-se principalmente à produção de sacos para a indústria açucareira (IEL, CNA e SEBRAE, 2000).

Partindo do pressuposto que a utilização do termo “operários” fora empregado não de maneira genérica, mas compreendido enquanto trabalhador envolvido no contexto industrial, que, por sua vez, vende sua força de trabalho e recebe por ela uma remuneração, exclui-se a possibilidade de que, naquela indústria, havia produção econômica baseada na exploração de pessoas escravizadas. Portanto, delimitando a possibilidade desses sujeitos admitidos pela Cruz e Cia serem tanto os trabalhadores recém libertos quanto as camadas brancas pobres e os trabalhadores imigrantes.

A partir de mapas estatísticos, Sharyse Amaral (2007) analisou aspectos da escravidão, da liberdade e da resistência em Sergipe. Nesta análise, destaca a possibilidade de identificar que 30% da população sergipana no ano de 1834 era composta por pessoas escravizadas (o equivalente a 47.812 pessoas à época), em um Estado “composto por 160.479 indivíduos” (Amaral, 2007, p.36). Na sequência, a autora afunila o recorte para as cidades de Aracaju, Laranjeiras e Maruim, por serem cidades que mais se valiam trabalho escravo e, por meio de uma tabela baseada em inventários das décadas de 1860 até 1880, demonstra como essa prática foi modificada ao longo de 20 anos. Portanto, enquanto em 1860, 23,2% desses inventários registraram que não tinham sobre sua posse mão de obra escravizada. Na década de 1880 a estimativa sobe, chegando a 57,4%, revelando um decréscimo substancial na mão de obra escravizada na região.

O processo de industrialização de uma região escravista desse modo, impulsiona um reordenamento social, alterando a concepção do que viria a ser mercadoria: mulheres e homens (negros e pardos) deixam de ser bens e tornam-se sujeitos, remodelando o modo de produção e consumo. A fábrica, portanto, é um espaço para que estas novas cosmologias se apresentem.

1.2. Sobre o empresariado: irmãos Cruz & a família Ferraz

A SISA teve como fundadores os irmãos Cruz e, por isso, em sua denominação inicial, destaca-se João Rodrigues da Cruz (1844-1893), comerciante baiano “preparado desde

⁵ Tecido de baixa qualidade, geralmente axadrezado e destinado às pessoas mais pobres, nesse caso, era produzido em um espaço que também se oferecia produtos mais trabalhados ou de melhor qualidade, destacamos, contudo que a distinção social demarcada transcende à vestimenta, alcançando aquilo que a compõem. Ver também: Amado, Jorge, 1912-2001. *Tocaia Grande: A face obscura*; posfácio de Mía Couto. 1ª reimpressão — São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

cedo para habilidades contábeis e comerciais” (Silva 2006, p.50), e seu irmão Thomaz Rodrigues da Cruz (1852-1919), formado em ciências médicas e cirúrgicas em sua cidade natal, Salvador, ambos filhos de Maria Leopoldina da Cruz e João Rodrigues da Cruz. João Rodrigues da Cruz (Filho) se instalou em Maruim, onde fundou a Firma Exportadora e Importadora João Rodrigues da Cruz que, *a posteriori*, passou por outras denominações.

Os irmãos Cruz⁶ eram proprietários do trapiche “02 de julho”, em Maruim. Trapiches são armazéns localizados às margens fluviais, o que facilita o escoamento das mercadorias. Este tipo de armazém era utilizado não só para a guarda, mas também para a produção do açúcar, contando com um maquinário específico para dar suporte às demandas. A escolha do nome “2 de julho” para o trapiche marca a festejada data de comemoração da Independência do Brasil na Bahia. Compreendendo a função, afunila-se a relação entre a indústria têxtil, e a indústria açucareira não se resumia a oferecer suporte material às demandas uma da outra. O que caracteriza a construção de um monopólio de produção econômica, fornecendo materiais tanto para a demanda dos próprios empreendimentos, quanto para outros empreendimentos, externos à SISA.

Imagem 1: Trapiche 02 de julho, pertencente à "casa cruz", Cruz Irmãos & Cia.



Fonte: SILVA, 1994.

⁶ Durante esta pesquisa foram localizados mais dois comerciantes que compartilhavam o sobrenome R. da Cruz. O primeiro deles é Carlos Rodrigues da Cruz (1886) que, em seu inventário, registrou-se como detentor de quinhões em alguns engenhos, proprietário de alambiques da família, além de cinco ações da associação sergipana de reboque a vapor e nove escravizados, o que demonstra que a Cruz e Cia não estava dissociada de perspectivas escravocratas e que as relações comerciais com difusão de investimentos podem ter se apoiado mutuamente. O segundo é Joaquim Rodrigues da Cruz, atuante na área comercial e de exportação (Santos, 2005), esses nomes não haviam sido visualizados em quaisquer referências anteriores.

Trazemos, a seguir, uma tabela que apresenta os estabelecimentos rurais da primeira década da segunda metade do século XIX. Nela, observamos, principalmente, a quantidade de engenhos de açúcar no estado, comércio que impulsionou a produção têxtil para atender as demandas locais.

De acordo com os dados apresentados por Patrícia Santos (2005, p.95), foram contabilizados 21.000 sacas e caixas de açúcar e 400 fardos de algodão recebidos pelo Trapiche “02 de julho”, correspondente à safra de 1880 a 1881, número que expressa a capacidade de movimentação naquele período dessas mercadorias.

Tabela 1:				
Província de Sergipe 1854				
Estabelecimentos rurais				
Municípios	Engenhos de açúcar	Alambiques	Fazendas de Gado	Sítios
Santa Luzia	36	12	02	20
Estância	51	36	36	80
Espírito Santo	24	12	00	200
Campos	01	00	50	01
Itabaianinha	45	17	25	50
Lagarto	18	05	143	...
Simão Dias	02	00	44	Inúmeros
São Cristóvão	43	11	12	205
Socorro	20	01	03	56
Divina Pastora	61	03	00	40
Laranjeiras	66	16	00	Inúmeros
Rosário	50	10	00	100

Capela	129	11	34	Inúmeros
Maroim	17	04	00	40
Santo Amaro	10	01	08	46
Itabaiana	36	07	103	...
Vila nova	36	05	54	04
Propriá	20	04	50	...
Total:	665	129	566	...

Os números acima apresentados se tratam de estimativas produzidas a partir dos relatórios das câmaras municipais - Arquivo do Estado de Sergipe-APES-Câmaras Municipais- pacote 45- ofícios diversos das Câmaras Municipais ao Presidente da Província, 1854.

Almeida, Maria da G. S. **Estrutura de produção: a crise de alimentos na província de Sergipe**, in Revista do Instituto Histórico de Sergipe, nº 27. Citado por Passos Subrinho, História Econômica de Sergipe (1050-1930), Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987, p.18)

O comendador João Rodrigues da Cruz (Filho) tornou-se proprietário de trapiche em Aracaju, situado na região da Massaranduba, em 21 de abril de 1884 e, ali, instalou a SISA. Ao instalar sua indústria, estabeleceu os serviços de bondes por tração animal, para facilitar tanto o deslocamento de produtos quanto o de mão de obra operária para o centro de Aracaju, onde funcionavam comércio e atividades administrativas da cidade.

Thomaz Rodrigues da Cruz teve vida política ativa vinculado ao Partido Liberal, tornando-se deputado provincial de 1884 a 1885, ocupando a presidência do legislativo na época. Em 1889, foi nomeado vice-presidente e, depois, presidente da província. Como um de seus feitos políticos, fundou uma escola noturna⁷ destinada aos filhos de toda classe operária (SILVA, 2006, p.52). Segundo Alessandro Ribeiro (2012), a escola Horácio Hora foi fundada no dia 08 de dezembro de 1911, período em que Thales Ferraz e Thomaz Rodrigues já dividiam a diretoria da Sergipe Industrial. Essa escola, apesar de ser fruto de reivindicações da classe operária, era algo que, diretamente, interessava na rotina de sua empresa. Vale destacar que:

⁷ Possivelmente, essa foi a escola mencionada por Silva (2006), cuja sua criação partiu de exigências realizadas pelo próprio operariado. Lindvaldo Sousa (1993) narra outra história. Sousa destaca que a escola fundada no início da segunda década do século XX, em 1922, é a Thomaz Cruz, cujo nome foi decidido em homenagem a um de seus fundadores. Segundo Sousa, escola Horácio Hora foi fundada apenas em 1920, não em 1911 como indica Ribeiro, e sua criação foi obra dos operários dirigentes dos jornais “Voz do operário” e “O operário” para que seus filhos tivessem acesso a uma educação que emancipasse as mentes dos jovens trabalhadores.

O crescimento da Sergipe industrial será rápido ao fim do século XIX, pois em 1899, esta fábrica, movida a vapor, funcionando com 156 teares e 5.196 fusos, já empregava 530 operários dos quais 220 eram mulheres, 135 eram menores de ambos os sexos e 175 homens. Sua produção constituía-se de fazendas grossas, brancas e de cor, sacos e fios em novelos, parte consumida no Estado e o restante exportado para outros Estados. (Subrinho, 1983, p.106)

Conforme ampliava seu potencial de produção, a “Cruz e Cia” atraía novos associados, dentre eles, o Coronel Augusto Ferraz, fazendo com que em 1903 a SISA ganhasse uma nova denominação “Cruz, Ferraz & CIA” e “tal denominação permaneceu até 1927, ano de falecimento de Thales Ferraz, filho do coronel Augusto Ferraz e diretor da fábrica de 1906 a 1927” (Santos, 2014, p.38).

Assim, entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, a empresa se consolidou a partir da formação inicial de investidores e com a inclusão de Thales Ferraz (1878-1927) no contexto da gestão empresarial. Filho de José Augusto César Ferraz e Anna Ferraz, Thales Ferraz foi educado com aspirações de dar continuidade aos negócios familiares

(...) fez seu curso de preparatórios no colégio S. Salvador, da Bahia, embarcando em seguida para a Europa. Matriculado na cidade de Manchester, diplomou-se em Engenharia Têxtil, após o curso de cinco anos (...). Retornando ao Brasil, ocupou o lugar de engenheiro da fábrica Sergipe Industrial, fazendo parte da diretoria do mesmo estabelecimento pelo falecimento de seu pai. (Jornal de Sergipe, 27 de set.1927)

Destacamos, dessa forma, que não é à toa que a cidade de Manchester tenha sido escolhida para formar o jovem industrial. Segundo Jane Clossick (2014), Manchester “era um centro de tecelagem desde o século XVI, e as forças da indústria convergiram e a transformaram-na “Algodonópolis”, a capital mundial da produção de algodão e o principal eixo da produção têxtil no mundo (Clossick, 2014, p.73).

A vida de Thales Ferraz fez parte de um projeto familiar/empresarial, algo que se comprova ao considerarmos que, desde o início do século XIX, o Brasil oferecia ensino superior e que, inclusive,

buscava formar quadros profissionais para a administração dos negócios do Estado e para a descoberta de novas riquezas (...)” [Aqui,] as escolas de Medicina, Engenharia Civil e, mais tarde, de Direito, se constituíram na espinha dorsal do sistema [educacional, político e social], (...) onde estão entre as profissões de maior prestígio e demanda (Sampaio, 1991, p.02)

No entanto, a escolha da família Ferraz aponta para um destino ainda mais especializado, afinal, enquanto os jovens de sua classe social e sexo se dedicavam às carreiras mais tradicionais, Thales Ferraz rompeu com essa lógica e se dedicou a uma formação

acadêmica e profissional que somente seria trazida ao Brasil para construir um quadro profissional na década de 60 do século XX.

Segundo o projeto político pedagógico do curso de engenharia têxtil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2014), primeiro curso superior brasileiro na área têxtil:

(...) nasceu no Centro Universitário FEI (Faculdade de Engenharia Industrial) em 1964 a partir da solicitação das indústrias têxteis representadas por meio do Sindicato Patronal das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo (...) [que] a princípio iniciou na modalidade de Engenharia Mecânica com ênfase em têxtil e ao longo do tempo passou por várias adequações na sua grade e ementa, e em 1987 se transformou em Engenharia Têxtil.

Dessa forma, o pioneirismo da família Ferraz se fez, inclusive, na condição de visualizar a necessidade de um de seus filhos em se especializar numa área de conhecimento que não estava no rol daquilo que era comum aos seus pares, antecipando-se em quase 50 anos, em algo que se potencializaria sobretudo no sudeste brasileiro.

Thales Ferraz foi diretor da indústria junto a Thomaz Rodrigues da Cruz e Manuel Rollemberg da Cruz. Durante esse período, a Sergipe Industrial teve reformulado todo seu maquinário chegando, em 1922, a ter 2.172 funcionários e 350 teares em pleno funcionamento (Silva, 2019, p.145), sendo atribuída a essa gestão, uma das maiores mudanças estruturais do complexo arquitetônico da fábrica.

Imagem 2: Sergipe Industrial



Acervo: Ana Medina. Século XIX, início do XX

Tomando a fotografia acima como fonte de informação para este período acima descrito, visualizamos, logo em num primeiro momento, a fachada frontal da fábrica onde podemos ter a dimensão da sua estrutura arquitetônica, comparando-a com a altura dos

trabalhadores. Logo, em plano aberto, observamos como figuram os trabalhadores, entre os barris e rolos de tecidos e a fachada da edificação.

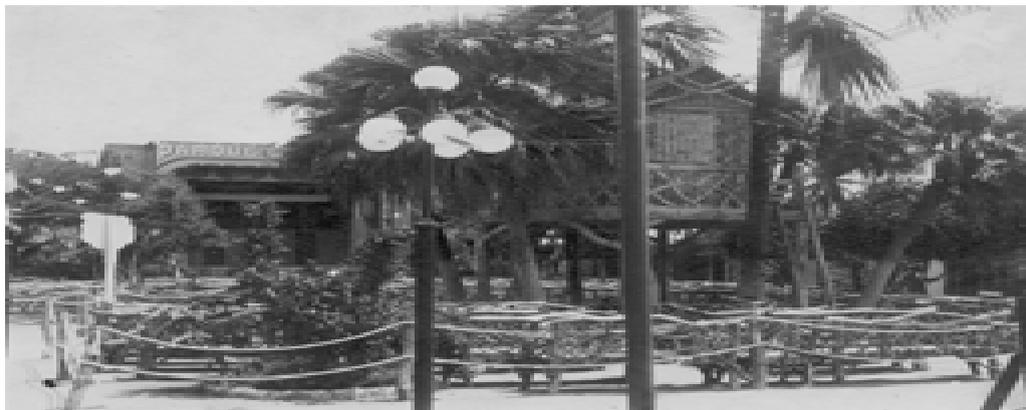
Os trabalhadores inicialmente parecem estar organizados em fila. Para um olhar desatento, posam para a foto como se estivessem se preparando para entrar na fábrica e iniciar suas tarefas no expediente de trabalho rotineiro, porém, quando se amplia a imagem, podemos ver que todos eles estão voltados para o fotógrafo aguardando para serem captados, o que indica uma preparação para que esse momento fosse registrado. É possível ver também as vestes desses que, em sua grande maioria, encontram-se de saias e vestidos, o que define que os trabalhadores nesse momento eram majoritariamente do gênero feminino, é possível também identificar que as mesmas são pessoas não brancas, o que demarca este perfil.

Mas, além disso, essa fotografia narra ainda mais sobre aqueles que não se encontram nela, representa as posses dos industriais por meio daquilo que é produzido pela fábrica. O mais importante: não se identifica as pessoas, porque a intenção da imagem é demonstrar o quão numerosos são os trabalhadores da empresa. A construção desta narrativa revela o poder e a riqueza que esse registro constrói, o que muito provavelmente denota que a mesma foi financiada pelos donos da fábrica, que de si tinham retratos individualizados, o que garante, até os dias de hoje, a sua biografia e o seu reconhecimento, enquanto aos trabalhadores lhes cabe o anonimato.

1.3. O Parque Industrial

Novas demandas surgiram para uma indústria em desenvolvimento. Foi necessária à SISA a construção do “Parque Industrial”, contíguo à fábrica. Ali se estabeleceu um espaço de sociabilidade e de lazer onde se concentravam uma série de serviços, como “cinema, salão de baile, biblioteca, escola, campo de futebol (tendo a Fábrica a vinculação com a criação do Club Sportivo Sergipe), teatro, bar e outros eram alguns dos equipamentos” (Scaranto et al, 2018, p.14). Os espaços de lazer eram claramente inseridos para amenizar conflitos que começaram a surgir pelas demandas do Centro Operário de Sergipe (COS), sindicato fundado em 11 de dezembro de 1910, voltado às melhorias nas condições de trabalho no Parque Industrial.

Imagem 3: Vista parcial do Parque industrial



Autor: Desconhecido. Século XIX

Fonte: <<http://aracajuantigga.blogspot.com/2009/09/o-bairro-industrial.html>>. Acesso: 06/11/2022.

A foto acima apresenta um dos lugares de lazer deste complexo. Trata-se de parque infantil feito para os filhos dos operários. Nesta imagem, há alguns brinquedos comuns aos parques infantis daquele período, tais como: casinha da árvore, escada, há possibilidade de ter um escorregador, um gira-gira, ainda que não seja perceptível o uso de gangorra.

Era nesse parque, cuja motivação era ser um espaço de sociabilidade voltado para a família dos operários, que se abrigava a capela São João Batista. A capela era mais um dos equipamentos citados na construção conferida a Thales Ferraz, cultuado como um “bom patrão”.

Ao administrar a fábrica por mais de duas décadas, vale destacar que ele se tornou lembrado por um viés paternalista, uma característica marcante da herança do modelo escravagista brasileiro⁸ para as relações de trabalho. Segundo Calazans (2013), este viés camuflava as tensas relações de poder e de exploração do trabalho por intermédio de uma conduta “aparentemente desinteressada, o interesse de aumentar o controle sobre os operários, reduzindo a tensão provocada pelas péssimas condições de trabalho, baixos salários, alto risco de acidentes e contínuos desrespeitos aos direitos trabalhistas” (Calazans, 2013, p.42).

As vilas operárias, que ficavam no entorno imediato⁹ da SISA e que foram analisadas por Calazans (2013), trazem características necessárias a serem observadas. Segundo a autora, as moradias foram construídas processualmente, acompanhando o início de funcionamento da fábrica, e existiram até o processo de demolição do complexo industrial.

⁸ Ver Holanda, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Raízes do Brasil. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

⁹ Residências localizadas na Travessa São Luís, travessa se estendia até próximo à capela e perdeu parte de sua localização para dar espaço ao atual estacionamento do Aracaju Parque Shopping.

Outras residências, inclusive localizadas um pouco mais distantes das que foram consideradas no estudo, localizadas na rua São Luís, embora não tenham sido citadas no trabalho de Calazans, ainda permanecem em uso¹⁰. As casas demolidas pertenciam à fábrica e eram alugadas aos seus trabalhadores, seguindo os padrões estruturais (nos ornamentos e de acomodação), e havia distinção no modelo das residências que advinham dos cargos que ocupavam os seus trabalhadores-moradores. Essa distinção abrangia desde as fachadas que eram esteticamente mais trabalhadas, passando pelas dimensões das casas, até a distribuição específica de seus cômodos. Ou seja, quanto mais alto o posto ocupado entre a hierarquia fabril da empresa, mais conforto e algumas regalias lhes eram proporcionadas.

Segundo Calazans, as casas que eram utilizadas pelo operariado, em geral, possuíam “apenas dois quartos, banheiro, sala, cozinha e quintal, sendo que nesse ficavam as lavanderias construídas artesanalmente”. Algumas das casas dos contramestres, por sua vez, foram construídas a partir de galpões próximos aos muros da fábrica e “possuíam portas entre 2,5m e 3m. [...] para permitir a passagem de peças de tecido, uma vez que, quando o material estava com defeito, o funcionário tinha a obrigação de pagar e podia levar o material para casa”. As casas dos mestres¹¹ “eram bem estreitas. Possuíam três quartos, banheiro, cozinha, área de serviço e não tinha quintal. Suas fachadas eram sóbrias, mas elegantes”. Já a moradia “do encarregado, cuja função assemelha-se à do bedel escolar, possuía três quartos, dois banheiros, área de serviço, duas cozinhas, quintal e jardim de inverno”, ou seja, aquele que tinha como atribuição exclusiva o ato de vigiar era agraciado com uma residência mais confortável (Calazans, pp. 34-35).

Quanto a dinâmica hierárquica da gestão da Sergipe industrial, a mesma seguia o modelo da figura 01:

Gráfico 1: Pirâmide

¹⁰ Santos, Milena de Almeida (2019), a autora realizou aplicações de questionários em residências da rua São Luís, para conhecer o nível de pertencimento, expectativas e apropriação sob o patrimônio, os perfis dos informantes se dividiam entre trabalhadores da SISA, descendentes de trabalhadores e ex-funcionários.

¹¹ Essas informações foram coletadas durante o processo de destruição da fábrica e das vilas operárias localizadas em seu entorno imediato, no bairro industrial.



Fonte: Milena Santos, 2021.

O quadro trazido acima, elaborado em forma de pirâmide, foi construído para o presente estudo, tendo como referência a obra de Regina Calazans (2013), a qual se projeta também sobre a divisão residencial das vilas operárias; a pirâmide apresentada exemplifica uma ordem hierárquica da fábrica: no alto, a diretoria, em sua parte inferior estão os operários, a grande maioria dos funcionários fabris, acima os contramestres, mestres, “bedel” e diretores, aqueles que ocupavam cargos hierarquicamente superiores ficavam responsáveis por monitorar o trabalho de seus subordinados, o que facilitava a supervisão da direção, composta pelos acionistas/donos da fábrica.

Em 27 de setembro de 1927, Thales Ferraz faleceu. Segundo Rafael Cerqueira, o industrial foi considerado na região como “pai dos pobres”. Lindvaldo Sousa destaca que o industrial (...) “foi o exemplo mais explorado pela imprensa para divulgar que nas ‘Têxteis’ existia por parte dos patrões o desejo de resolver todos os problemas dos operários” (Sousa, 1991, p. 27). Seu velório mobilizou mais de cinco mil pessoas, tendo seu corpo conduzido pelos operários da Sergipe Industrial (Cerqueira, 2014, p. 90). O seu cortejo fúnebre reafirma que o

[...] empresário era apresentado como amigo dos operários, aquele que em todos os momentos da vida na fábrica soube tratá-los como companheiros. Por ocasião de sua morte, a imagem do patrão bom foi projetada por mais tempo. Ele apareceu como aquele que de tão simples resolvera ser enterrado no cemitério da pobreza “Os Cambuís”, e que deixara para cada operário, como presente, uma importância em dinheiro. No seu enterro a multidão de operários que se comprimia, chorava dando o último adeus à figura do homem simples, exemplo de bondade na terra (Sousa, 1991, p. 27)

Após a morte de Thales Ferraz, a fábrica foi mantida sob a administração da família Cruz até meados da década de 1950, quando passou a pertencer a outros associados, dentre os

acionistas majoritários estava Augusto do Prado Franco (1912-2003), que foi Senador (1971-1979), Governador (1979-1982) e Deputado Federal (1967-1971, 1983-1987) por Sergipe. Posteriormente, a empresa permaneceu entre seus herdeiros.

A dinâmica das atividades industriais em Aracaju correspondia às dinâmicas empreendidas pela SISA. Conforme a cidade ampliava seus investimentos na indústria, foram necessários investimentos políticos na adequação da zona fabril. É necessário salientar que, segundo consta no Diagnóstico da cidade de Aracaju (2014), durante a década de 1970, houve a instalação do Distrito Industrial (DIA), na zona sul da cidade, estimulada pela política de industrialização nacional (Processo de Tombamento, p. 38) e a Sergipe Industrial, vinculada ao Grupo Nortista, teve parte das suas atividades transferidas para essa nova localidade.

O Conselho de Administração dos acionistas reunia os cargos de diretor presidente, diretor vice-presidente, diretor superintendente, diretor industrial, diretor administrativo e diretor adjunto (mínimo de 03 membros e máximo de 06), convocados a partir de informes divulgados no Diário Oficial do Estado e no Jornal da Cidade para assembleias dos acionistas que os elegeram, tendo como sede social da empresa localizada praça Dr. Thomaz R. da Cruz, nº42. Destacamos também que a Fiação e Tecelagem Nortista durante o final do século XX e início do XXI tinha a mesma sociedade da SISA¹².

Sobre a amplitude da atuação da SISA em função do que ali era produzido, trazemos como demonstração a demanda de funcionamento de escritórios em diferentes Estados das regiões nordeste e sudeste, como exemplo, os escritórios localizados na cidade do Rio de Janeiro (RJ) que passou por mudança de endereço em 1984, durante a direção de Maria Virginia Franco. O escritório do Recife (PE), extinto em 1986 e o de São Paulo (SP) extinto em 1988. Não foi possível identificar se essa expansão da oferta de serviços ocorreu durante o período em que a SISA estava sob a direção da família Cruz ou se isso ocorreu durante a gestão da família Prado Franco.

Desde a implantação do real enquanto moeda brasileira, o capital social da SISA passou por mudanças significativas. Como ponto inicial para elaboração do quadro a seguir, traremos o ano de 1996, por considerar que nesse momento a moeda já tinha se estabelecido suficientemente para dar noção sobre como o empreendimento estava se desenvolvendo.

¹² Extraímos do texto de Luma Mota (2010) que faz a transcrição de parte do Acervo da Junta Comercial do Estado de Sergipe (livro das atas, dos acionistas e assembleias gerais da Fábrica Sergipe Industrial), definindo como recorte do seu trabalho os materiais produzidos pelos acionistas da SISA entre agosto de 1982 e abril de 2009; informações que podem ser úteis para a pesquisa, relativas a como se organizava sua direção.

Tabela 2:		
CAPITAL SOCIAL – MOEDA: REAIS		
ANO	VALOR	
1996	26.890.120,99	Vinte e seis milhões e oitocentos e noventa mil e cento e vinte reais e noventa e nove centavos.
2005	33.600.894,00	Trinta e três milhões e seiscentos mil e oitocentos e noventa e quatro reais.
2006	39.599.450,00	Trinta e nove milhões e quinhentos e noventa e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais
2008	70.493.629,39	Setenta milhões e quatrocentos e noventa e três mil e seiscentos e vinte e nove reais e trinta e nove centavos

Se em 2008 a SISA quase chegou a dobrar seu capital social, considerando os valores apresentados em 2006, por qual motivo os acionistas pretenderiam fechar as portas em 2011 de sua tradicional sede? Seria o vislumbre de um investimento que pudesse angariar mais lucros? Ou a ameaça constante de que aquele local se tornasse um espaço de domínio público a partir de sua patrimonialização e isso, conseqüentemente, poderia render prejuízos aos seus proprietários?

A demolição da sede da fábrica (cuja construção está datada em 1884 e reformada ao longo dos anos) e a construção do Aracaju Parque Shopping não abalaram o funcionamento da Fábrica Sergipe Industrial. A SISA permanece funcionando sob a supervisão da família Franco e a de seus acionistas, mantendo sua matriz em Aracaju (onde é produzido tecido cru). A empresa conta, ainda, com uma filial localizada em Riachuelo, interior do estado sergipano, onde se fabrica felpa,¹³ e realizam os acabamentos dos tecidos que são produzidos pela matriz. Em Riachuelo, confecciona-se as linhas de cama, mesa e banho desta indústria.

Embora a SISA tenha continuado enquanto empreendimento fabril em outro município, o que se questiona nesta investigação é sobre a interrupção da existência desse

¹³ Tecido felpudo de lã ou algodão, busca semelhança com a pelagem animal.

lugar de memória. Mais especificamente, é sobre o apagamento da memória fabril, pela sua materialidade, o que, nesse caso, abrange operários, industriais e a relação da fábrica com a formação da cidade.

Para pensar sobre a SISA como um lugar de memória, partimos das noções apresentadas por Pierre Nora (1993). Para o historiador francês, um determinado lugar de memória é capaz de reunir elementos materiais, em aspectos formais ou seja, constitutivos da estrutura de sua arquitetura, que pode ou não seguir a ideia de originalidade, simbólicos vinculada às memórias construídas pelos sujeitos no cotidiano (as relações de afeto desenvolvidas nesse espaço, ou a partir dele vivenciadas) e funcionais que podem partir tanto da pretensão para que ele foi feito (abrigar maquinário e dar suporte às atividades industriais desenvolvidas) quanto para servir de suporte dessa memória, que partiria de um ressignificado de suas funções iniciais.

Do complexo arquitetônico que compunha a SISA, nada restou além da capela São João Batista. Não foi a memória vinculada às sociabilidades e ao lazer para os trabalhadores e suas famílias, materializado pelo parque industrial (que, a propósito, foi deixando de existir antes mesmo da demolição da SISA) que ficou como um registro das histórias e trajetórias traçadas ali. Nem a memória dos ofícios ou da rotina de trabalho - livre, assalariado e sindicalizado - expresso pela arquitetura da fábrica. Também não foi a materialidade relacionada às questões de moradia e o enfrentamento do precário saneamento público, temas essenciais para o Brasil daquele período e de hoje, evidenciadas nas vilas operárias da SISA que foram objeto de tombamento, mas sim uma capela, justificando seu tombamento por suas características arquitetônicas e um falso critério de originalidade.

CAPÍTULO II - LANÇANDO A LEGITIMIDADE

2.1 Processo de tombamento

O início da trajetória dos mecanismos que instituíram o Patrimônio no Brasil, remetem à década de 30 do século passado, atrelado ao Decreto Federal nº. 22.928, de 12 de julho de 1933 que reconhece a cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional. A partir da Constituição de 1934, o Patrimônio Cultural brasileiro passa constar enquanto uma responsabilidade constitucional, fixado no Capítulo II, artigo 148 da Constituição Brasileira (destinado a educação e a cultura):

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

Segundo Magalhães (2017), naquele mesmo ano, foi criada a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934 -1937), aprovada pelo decreto nº 24.735 de 14 de julho, vinculada ao Museu Histórico Nacional (MHN) e dirigida por Gustavo Barroso até o momento de sua extinção. Dessa forma, o MHN estaria responsável, através das ações da Inspeção, de organizar.

Para os fins da inspeção, organizará um catálogo dos edifícios de assinalado valor o interesse artístico-histórico existentes no país, propondo ao Governo Federal os que se devam declarar em decreto Monumentos Nacionais; entrará em entendimento com os governos dos Estados, no sentido de se uniformizar a legislação sobre a proteção e conservação dos Monumentos Nacionais, guarda e fiscalização dos objetos histórico-artísticos, de maneira a caber aos Estados os encargos desse serviço nos respectivos territórios. (Parágrafo único, decreto nº 24.735).

A Inspeção foi atuante, sobretudo, na recuperação de edifícios na cidade de Ouro Preto, quando no ano de 1937 foi substituída pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) “que já vinha sendo projetado e articulado pelo ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, junto a outros intelectuais, como Mário de Andrade, autor do anteprojeto de 1936” (Magalhães, 2017, p.275), tendo contribuições de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que veio a dirigi-lo durante a chamada “fase heroica”.

É sabido que todo esse assunto não se esgota brevemente e, neste momento, não temos a intenção de fazê-lo, a pretensão encontra-se em alcançar o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional para então, mais à frente, discutirmos as questões de patrimonialização a nível Estadual.

O Decreto-Lei nº25/37 é distribuído em cinco capítulos dos quais versam sobre aquilo que constitui e o que está excluído de ser considerado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sendo o tombamento um instrumento legal, aplicado por um ato administrativo adotado pelos poderes públicos, relacionado à ação de registrar bens de natureza material no Brasil. O decreto especifica os meios e considera os efeitos de sua realização, estabelecendo 4 livros de tombo, a saber: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas. O decreto define, ainda, quais bens culturais se encaixam em cada um deles dos livros.

No Estado de Sergipe, o tombamento é legitimado pela Lei nº 2069 de 28 de dezembro de 1976, sancionada durante o Governo de José Rollemberg. Porém, antes de um bem cultural e tornar-se Patrimônio assistido pelas legislações competentes, o bem deve passar pelo processo de patrimonialização.

(...) O termo patrimonialização tem sido empregado para designar todo o processo de constituição de patrimônios (...). O ato de patrimonializar refere-se, assim, à ação de identificar os valores culturais de um dado bem, de os reconhecer socialmente e assim constituir patrimônio. (Nogueira, 2014, p.52-53).

A nível estadual, um dos órgãos que agencia esse procedimento é o Conselho Estadual de Cultura (CEC), atuante desde a década de 1960. Especificamente, a partir do governo de Lourival Batista após o estabelecimento da lei de criação nº 1.478 de 16 de agosto de 1967. Dessa maneira, daqui por diante nos dedicaremos a apresentação e análise dos documentos dispostos no arquivo do CEC referentes ao processo de tombamento da Fábrica Sergipe Industrial e da capela São João Batista, produzidos entre os anos 2011 e 2016, lembrando que:

No campo do Patrimônio Cultural, estão em jogo diferentes atores sociais, encarnando diferentes memórias, poderes, preservações, resistências, esquecimentos e destruições. Importa reconhecer que, ainda, que entre a lei do papel e lei da ação há um outro oceano atlântico. (Chagas, 2003, p.109).

O campo do Patrimônio Cultural, a que Mário Chagas (2003) se refere, é entendido a partir da concepção de “teoria do campo social” elaborada por Pierre Bourdieu (2007). O sociólogo compreende a sociedade segmentada em diferentes campos, funcionando como espaços de “microcosmos de luta simbólica” (Bourdieu, 2007, p.12). Estes campos, também chamados de capital (ex. capital social, capital simbólico, capital econômico), se relacionam interna e externamente com outros campos, que estabelecem seus próprios sistemas de classificação, se valendo por vezes do capital econômico para garantir processos de dominação.

No campo do patrimônio cultural, podemos entender esses sistemas de classificação internos operando para estabelecer requisitos que os hierarquizam dentro das instituições produtoras da legitimidade patrimonial, em outras palavras, importa aquilo que é mais ou menos importante de ser mantido. Marla Prado (2011) afirma que dentro dessas complexas relações que se dão em torno do campo patrimonial, “dominar as estratégias oficiais do patrimônio não garante o sucesso neste jogo” (Prado, 2011, p.128) e que

Mesmo seguindo adequadamente as orientações legais e sendo bastante plausível a petição, o registro poderá ou não ocorrer (...). O jogo que se joga no campo do patrimônio vai além do que se evidencia nos mecanismos legais, e a produção deste sistema simbólico não está fechada aos agentes oficiais do patrimônio cultural. (Prado, 2011, p. 128).

Por fim, a despeito da percepção de uma série de materialidades que fomentam memórias para aqueles que de várias formas estavam ligados à SISA, o que vimos foi que o tombamento de uma edificação específica foi realizado a despeito dos referentes, a saber: ofício, trabalho, sociabilidades, movimento político ou lazer. Esta observação exprime resumidamente uma das inquietações geradas ao longo deste trabalho e que será apresentada a partir do desenvolvimento do próximo capítulo.

2.2 Solicitação da chancela¹⁴

O primeiro ofício a ser apresentado, refere-se à solicitação da chancela Patrimonial para a Fábrica Sergipe Industrial, redigido pelos professores Lindvaldo Souza e Claudefranklin Santos, em 09 de novembro de 2011, e endereçado ao CEC. Nota-se que primeira informação extraída desse ofício se refere ao espaço institucional que seus remetentes ocupam na Universidade Federal de Sergipe: o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), o Departamento de História (DHI) e o Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades (GPCIR), onde exerciam as funções de líder e vice-líder, respectivamente.

Sem delongas, os professores indicam o objetivo daquele ofício ter sido redigido na abertura do processo: Requerer o tombamento da Fábrica Sergipe Industrial, destacando em sequência os seguintes motivos para sê-lo atendido:

¹⁴ As páginas 58-66 destacadas enquanto referência pertencem ao processo de tombamento, o objetivo foi fazer uma transcrição das mesmas e, por isso, não seguem um padrão da abnt.

1. O vínculo da figura de Thales Ferraz com a Fábrica Sergipe Industrial. O empresário dirigiu a SISA durante duas décadas e no contexto desta indústria promoveu a realização de mudanças significativas relacionadas à gestão fabril, principalmente pela inserção de espaços de lazer para operariado;
2. A Fábrica Sergipe Industrial está atrelada a história do Futebol Sergipano, tendo partido dela a influência para a criação do Clube Sportivo Sergipe, cujo o maior rival leva o nome da Fábrica Confiança, indústria vizinha;
3. A SISA ter sido o espaço onde ocorreram as primeiras reivindicações e ações do movimento operário do estado, lideradas pelo Centro Operário Sergipano (COS). Essas manifestações, por sua vez, estimularam a criação de jornais de ampla circulação, como a exemplo de “O operário” e “A voz do operário”;
4. A implantação da Sergipe Industrial – e o capital por ela gerado – consiste em um dos principais fatores para o avanço da modernização da cidade de Aracaju e da expansão do Bairro industrial. Aspecto este que contribuiu como espaço de ligação entre o centro administrativo da cidade e o Bairro Santo Antônio, primeiros locais a serem povoados na cidade (p.58).¹⁵

Além disso, caso a solicitação fosse atendida, o tombamento e a recuperação ou restauro da sede da SISA em Aracaju poderia tornar o espaço da Fábrica num Centro de Memória. Neste Centro, seriam priorizadas ações vinculadas à pesquisa, a formação, conservação e preservação de acervos, a execução de projetos educativos, além de atividades que buscassem sua comunicação e extroversão, idealizando potencialidades de materializar discussões voltados às temáticas como “o empreendedorismo de Thales Ferraz e outros industriais, a formação do futebol Sergipano, o movimento operário e também sua ligação com a cidade” (Processo de tombamento, p.58).

Em seguida, os professores iniciam o subtópico “A fábrica é parte de nossa memória e de nossa história que começou nos anos 80 do século XIX” (Processo de tombamento, p. 59), posicionando-se de maneira enfática em defesa do papel que a SISA cumpriu para Sergipe na década e século mencionados, fazendo referência à criação da atual capital sergipana, Aracaju, e sua estreita relação com a indústria têxtil, nesse momento referendada pela SISA. Deste modo, os solicitantes se valem de uma afirmação que ressalta a importância

¹⁵ Páginas do processo de tombamento.

do bem que se objetiva reconhecer enquanto Patrimônio, para mais à frente relatar quais são as circunstâncias que os levaram a fazer tal pedido.

Ao percorrer a produção bibliográfica relacionada à Sergipe Industrial, os autores enfatizaram a notoriedade da construção dessa literatura especializada para o processo de tombamento. Mas não somente: para os autores, essa produção intelectual fora fundamental para a produção do conteúdo das aulas que foram ministradas pelo Professor Dr. Lindvaldo Sousa tanto para as disciplinas que ministrava na graduação quanto para as atividades de seu grupo de pesquisa. Conhecer a literatura que envolve o tema do patrimônio industrial de Sergipe é algo que vem acompanhando a vida do prof. Sousa desde que ele era aluno de graduação em história. Naquela ocasião, Prof. Sousa desenvolveu monografia sobre a temática (estudos relacionados ao movimento operário sergipano) e cujo interesse se prolongou – e transcendeu – ao momento do pedido do tombamento, quando já atuava como docente e vice-chefe do DHI, além de líder do grupo de pesquisa GPCIR.

Foi durante o desenvolvimento das disciplinas História de Sergipe I e II, ministradas pelos requerentes, que a questão da SISA se tornou pujante. Algumas de suas aulas transpunham os limites geográficos na Universidade, alcançavam o bairro Industrial e, com sorte, faziam visitas técnicas no interior das fábricas quando o ingresso era autorizado pelos funcionários responsáveis. Na rotina do ensino e da pesquisa na Universidade, professores e estudantes já haviam reconhecido o espaço enquanto “testemunho da história de Aracaju”, principalmente aqueles envolvidos com a disciplina de Patrimônio Cultural, ministrada pelo professor Dr. Claudefranklin Monteiro Santos.

Os professores contam que fora em uma daquelas visitas técnicas que ocorriam com alunos, ex-alunos e pessoas da comunidade em geral, que eles tomaram ciência de que circulava a informação de que a fábrica teria sido vendida com o objetivo de ser demolida para se tornar um conjunto habitacional ou um supermercado. Diante desta notícia e por cogitarem a possibilidade desta edificação ser demolida, ambos tomaram a decisão de dar início ao processo de pedido de tombamento (Processo de tombamento, p.60).

Conforme mencionado acima, para contribuir com as análises da possibilidade de tombamento da Fábrica Sergipe Industrial, os docentes analisaram uma série de referências bibliográficas (Processo de tombamento, p.62-66) cujo objeto de pesquisa voltava-se para as questões que envolviam a SISA. Esta bibliografia consultada englobou desde textos sobre Economia, História, Ciências Sociais e Literatura em Sergipe, até fotografias e outros processos tipos de documentações como, por exemplo, a certidão de óbito e o auto de partilha de bens de Thales Ferraz. Outro dado relevante foi a menção à mobilização que

ocorria nas redes sociais, em novembro de 2011, e culminou na criação de um abaixo-assinado¹⁶, chegando a recolher 449 assinaturas em prol do reconhecimento da Fábrica enquanto Patrimônio Cultural do Estado (alguns desses documentos foram anexados e encaminhados ao CEC, junto ao pedido).

Afirmando que a SISA estaria entre os bens culturais que representam a memória e a história de Aracaju, os autores do pedido afirmam que a ação de realizar o tombamento contribuiria para: “a valorização de uma identidade Aracajuana e sergipana, contribuindo para alicerçar a ideia de que existe história de Sergipe para além de Laranjeiras e São Cristóvão e que o aceite dessa petição seria um sinal de respeito a diversidade de enfoques dessa história” (p.60).

O documento foi finalizado e endereçado à Presidente do Conselho à época, Ana Luiza Dortas Valadares¹⁷. Destaca-se que o processo de tombamento em si não foi encerrado durante sua gestão e que a estrutura do próprio CEC passou por reformulações, por exemplo, relativas à dinâmica de reuniões, que durante anos aconteciam na presença de secretários do Estado e que deixaram de contar com esses gestores, talvez para manter autonomia do que se era discutido. Quando recebido no dia 10 de novembro de 2011, os ofícios elaborados pelos requerentes foram distribuídos aos conselheiros para relatar, e no dia 22 do corrente mês registrou-se a definição do relator, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo.

2.3 Relatório

Entre os procedimentos adotados pelo CEC, o relatório ocupa centralidade enquanto artifício de convencimento sobre a possibilidade ou impedimento de um bem cultural tornar-se Patrimônio Cultural em Sergipe. A elaboração do Dossiê precisou elencar o máximo de informações possíveis sobre o proposto, além de descrever gradualmente como foi realizado, para que, após finalizado e apresentado, fosse discutido entre seus pares (conselheiros) que, democraticamente, decidiriam aprovar ou não o processo de tombamento. Caso aprovado, caberia dar seguimento às demais etapas ou, no caso de reprovação do projeto, arquivar o pedido de patrimonialização.

¹⁶ Abaixo-assinado Tombamento da fábrica Sergipe Industrial em Aracaju-Se (Brasil) - ><https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2011N16401><

¹⁷ Luiza Dortas Valadares é esposa do Ex-Governador Antônio Carlos Valadares e mãe do deputado federal Valadares Filho.

Nesse caso, o processo nº 099/2011- CEC, organizado em tópicos, trata sobre questões específicas relacionadas à Fábrica Sergipe Industrial, intitulados “O Processo”, “O que diz a lei (amparo legal)”, “A Fábrica”, “A inserção do bem na cidade e na história”, “Visita ao bem proposto para tombamento”, “Nomes que se ligam à história da Fábrica” e “Conclusão”. Buscaremos expor cada um deles a fim de demonstrar em que se fundamentou a decisão pelo tombamento da Capela São João Batista.

2.3.1 O processo¹⁸

O professor Soutelo inicia sua escrita informando sobre os solicitantes do processo de tombamento e as posições que cada um ocupa na construção do argumento, dispondo, em seguida, os pontos que foram destacados para embasar o pedido:

- a- “A fábrica foi dirigida por mais de uma década por um dos grandes empresários sergipanos, Thales Ferraz, que “inovou nessa Fábrica em muitos aspectos”, dentre eles a montagem de um parque de lazer em seu interior¹⁹”;
- b- “A estreita relação entre a fábrica com o desenvolvimento do esporte em Sergipe, juntamente com a Fábrica Confiança, também no mesmo bairro”;
- c- “As primeiras manifestações do operariado em Sergipe têm ligação com a Fábrica Sergipe industrial, as quais eram lideradas pelo centro operário sergipano”;
- d- “A importância da fábrica no processo de modernização da capital, contribuindo para surgimento e consolidação do bairro industrial, permitindo a ligação dele com o bairro santo Antônio e o centro da cidade, e também que “o capital gerado de sua produção pagou impostos e ajudou benfeitorias para a cidade”;
- e- “A fábrica é parte da nossa memória e da nossa história que começou nos anos 80 do século XIX”. (Processo de tombamento, p.58)

Para em seguida, apontar que “após essas colocações, os requerentes indicam que, uma vez tombado e restaurado, a Sergipe Industrial poderia vir a ser uma Casa de Memória de Aracaju” e que nesses espaços deveriam ser trabalhadas “temáticas como o empreendedorismo de Thales Ferraz e outros industriais; a formação do futebol sergipano, o movimento operário e também a ligação da mesma com a cidade e o bairro. Neste centro de memória deveria ter um auditório, café, cinema e etc (fl, 3 do processo)” (Processo de tombamento, p. 23).

¹⁸ As páginas 23 a 58 estão aqui destacadas enquanto referência e pertencem ao processo de tombamento, o objetivo foi apresentar uma transcrição das mesmas e, por isso, não segue o padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

¹⁹ Um ambiente que reúne, trabalho mas também se pensa o tempo livre, a empresa como lugar também da família.

Para concluir o documento, os propositores indicam, nas considerações finais que:

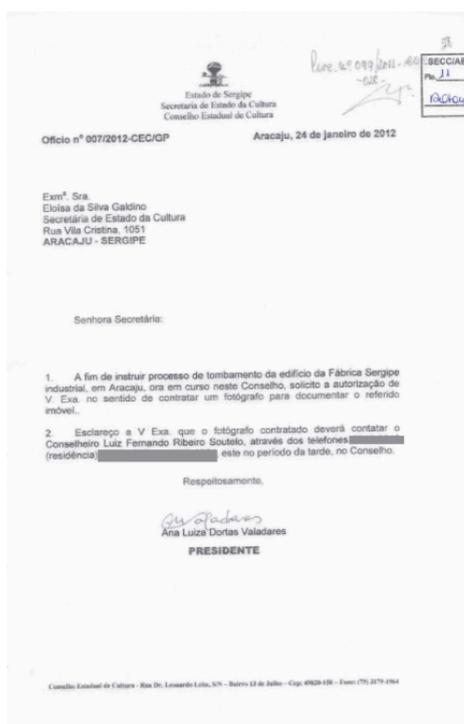
A fábrica de tecido Sergipe Industrial está entre os bens culturais que representam a memória e história de Aracaju. Tombar o mesmo é um ato de valorização da identidade aracajuana e sergipana, contribuindo para alicerçar a ideia de que existe história em Aracaju e não somente em São Cristóvão e Laranjeiras. O aceite dessa petição é sinal de respeito pela diversidade dos enfoques dessa história destacando o pioneirismo de empresários, a história do futebol, do movimento operário e outros temas anexos (fls.4 do processo). (*apud* Soutelo, 2012, p, 24, grifo nosso).

Portanto, ao concluir, Soutelo reafirma a necessidade do tombamento a partir de perspectivas cívicas e históricas cujo eixo é a valorização da cultura do operariado e, também, dos modelos de empreendedorismo fabril experimentados pela indústria.

Assinalamos aqui a ligação complementar do texto que se refere ao pedido e esse agora apresentado, denominado “o processo”. E, para concluir a petição, informa-se que a “este documento (peça inicial do processo) foram juntados outros, contendo informações que complementam as informações sobre a fábrica da Sergipe Industrial e seus principais atores. (referências e fotografias)” (Processo de tombamento, p. 24).

Documentos anexos, que foram elaborados e produzidos durante o desenvolvimento da pesquisa, encaminhados ao conselho compõe o relatório apresentado a seguir:

Imagem 04: Ofício do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe- CEC



Fonte: CEC, 2021.

<p>Ofício nº 007/2012 CEC/GP –</p> <p>24 de janeiro de 2012</p>	<p>Assunto: A fim de instruir o processo de tombamento (documentar) do edifício da Fábrica Sergipe Industrial, em Aracaju, ora em curso nesse Conselho, solicito a autorização da secretária de cultura Eloísa Galdino no sentido <u>de contratar um fotógrafo para documentar o referido imóvel</u>²⁰ – especificando os contatos para que o mesmo dialogue com o relator.</p>
<p>Remetente: Conselho Estadual de Cultura</p>	
<p>Destinatário: Secretaria do Estado da Cultura</p>	

Imagem 05: Ofício do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC)

Fonte: CEC, 2021.



Ofício nº
018/2012-CEC/GSG- 15
de fevereiro de 2012

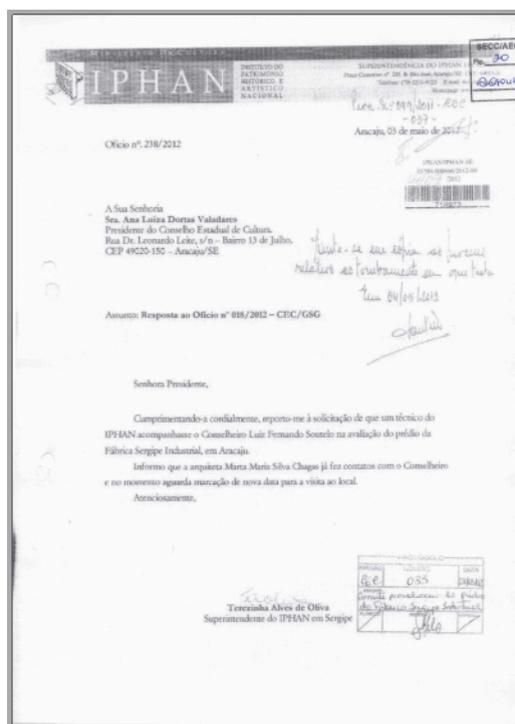
Assunto: Solicita a colaboração do órgão para indicar um arquiteto da superintendência para juntamente com o

²⁰ Grifo nosso. Não foram anexadas ao processo nenhuma imagem correspondente a esse pedido em específico.

Remetente: Conselho Estadual de Cultura	conselheiro Soutelo (relator do processo) proceder uma <u>avaliação do prédio</u> da Fábrica Sergipe Industrial ²¹ .
Destinatário: À superintendente do IPHAN	

Imagem 06: Ofício do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-SE)

Fonte: CEC, 2021.



Ofício nº 238/2012 – 03
de maio de 2012

Assunto: resposta ao ofício 018/2012.

Remetente:
Superintendente do
IPHAN em Sergipe

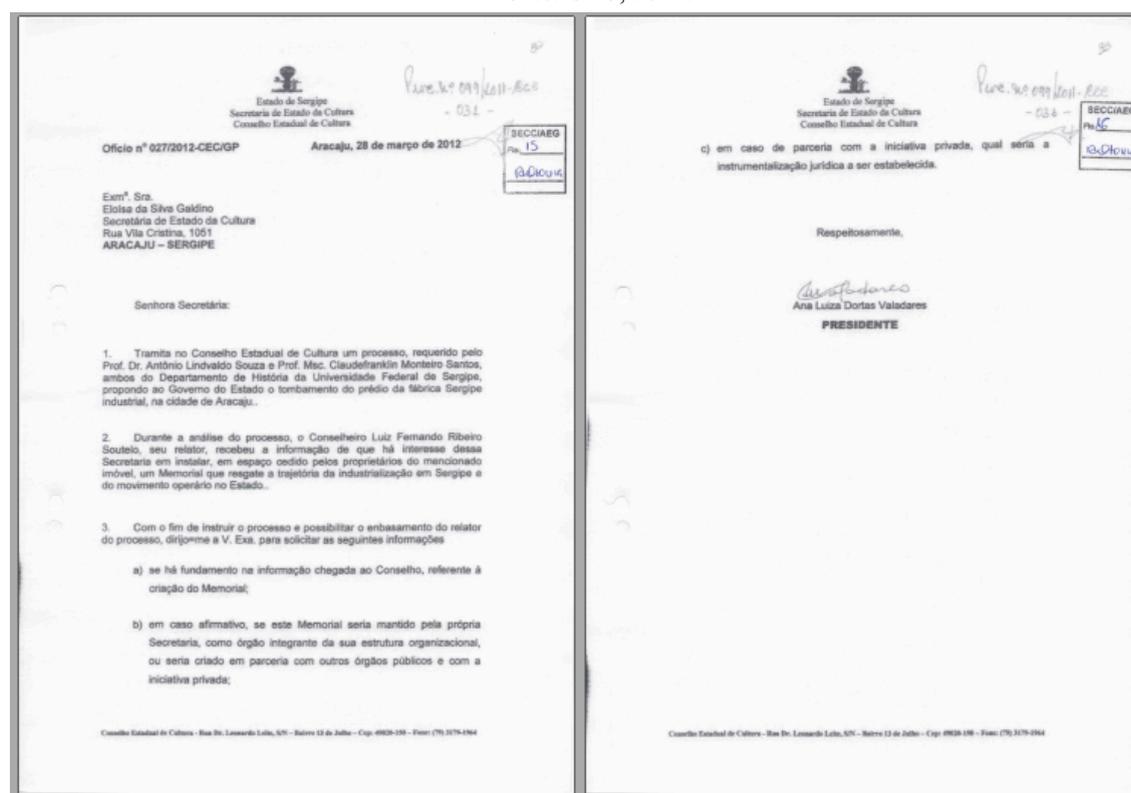
IPHAN indica a arquiteta Marta Maria Silva Chagas para acompanhar o relator na visita.

²¹ Grifo nosso

Destinatário: Conselho Estadual de Cultura	
---	--

Imagem 07: Ofício do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC)

Fonte: CEC, 2021.



Ofício nº 027/2012 - 28 de março de 2012	Assunto: Tramita no conselho um processo requerido pelos professores Lindvaldo Sousa e Claudefranklin Santos, ambos do DHI, propondo ao governo o tombamento da Fábrica em Aracaju. Durante a análise, o conselheiro e relator teve a informação de que há interesse da secretaria de cultura em <u>instalar um memorial da industrialização e do movimento operário em espaço cedido pelos proprietários</u> ²² . Com fim de instruir e possibilitar informações para a elaboração do relatório solicitam as seguintes informações:
Remetente: Presidente do conselho	

²² Grifo nosso

<p>Destinatário: Secretaria do Estado da Cultura</p>	<p>a- Se há veracidade na informação chegada ao conselho referente a criação do memorial;</p> <p>b- Em caso afirmativo, se esse órgão seria mantido pela secretaria, pertencente a sua estrutura organizacional ou se partiria de uma parceria entre iniciativa pública e privada;</p> <p>c- Em caso dessa parceria quais instrumentos jurídicos seriam necessários.</p>
--	--

Imagem 08: Ofício do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC)

Fonte: CEC, 2021.

Secretaria de Estado da Cultura

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 25/2012 DATA 18/04/2012

DE: GABINETE

ASSUNTO: Tomboamento do Prédio da Fábrica Sergipe Industrial

PARA: CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

Senhores Presidentes,

Em atenção ao ofício nº 027/2012-CECQP, enviado em 29 de março deste ano, esclarecemos que a informação acerca da criação de um Memorial no prédio da antiga fábrica Sergipe Industrial nos foi passada por responsáveis legais do imóvel. Sendo assim, acreditamos que seja mais adequado o Conselho de Estado da Cultura solicitar informações sobre o Memorial ao responsável pelo imóvel.

A Secretaria de Estado da Cultura já possui inúmeras dificuldades para gerenciar e manter as suas unidades, ficando impossibilitado de criar e administrar mais uma.

Atenciosamente,

Reitor do SPCQ
Secretaria de Estado da Cultura

<p>Comunicação Interna nº 25/2012 – 18/04/2012</p>	<p>Assunto: Resposta ao ofício de nº 027/2012 - 28 de março de 2012</p>
<p>Remetente: Secretaria do Estado da Cultura</p>	<p>Esclarecemos que a informação acerca da criação de um Memorial no prédio da antiga Fábrica Sergipe Industrial nos foi passada por responsáveis legais do imóvel. Sendo assim, acreditamos que seja mais adequado o conselho solicitar informações sobre os responsáveis.</p>

Destinatário: Conselho Estadual de Cultura	<u>A secretaria de Cultura já possui inúmeras dificuldades em gerir e manter suas unidades, ficando impossibilitada de criar e administrar mais uma</u> ²³ .
--	---

Podemos extrair destes ofícios que houve empenho do relator em produzir registro documental, a partir de fotografias, e que não foi atendido pela Secretaria Estadual de Cultura. Vemos, com isso, que existia intenção genuína de se aprofundar na produção documental sobre os elementos que o relator ainda não conhecia, inclusive, buscando parceria com outras instituições para contribuir com o levantamento de informações necessárias. Sobre este aspecto específico, a participação de um técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em uma das visitas ao bem cultural pode, ainda, nos indicar possíveis interferências na escolha daquilo que deveria ser reconhecido e preservado, considerando, inclusive, a formação e a atuação do profissional ao grupo direcionado. E, ao final, demarcou-se a explícita posição da Secretaria de Estado da Cultura que evitou se comprometer com o pedido realizado pela comunidade e sinalizou, de antemão, a indisposição de se criar um memorial, segundo o pedido dos requerentes.

2.3.2 O que diz a lei (amparo legal)

O item “O que diz a lei” foi produzido e articulado no relatório com o objetivo de situar a fábrica em uma narrativa histórica no contexto das políticas patrimoniais para, então, considerar a possibilidade da SISA ser amparada legalmente por esses instrumentos.

Para a construção de seu argumento, o relator iniciou a narrativa remontando-se aos anos de 1930: Quando “o instituto do tombamento surge em nossa legislação” (Processo de tombamento, p.25), destacando a importância do texto constitucional de 1934 e recorrendo ao decreto 25º, de 30 de novembro de 1937, enquanto legislação responsável por “estabelecer os mecanismos para a preservação dos bens que integram o chamado patrimônio histórico e artístico”. Sustentando

(...) como consequência da aplicação do texto legal, a atuação do SPHAN, hoje IPHAN, centrada nos primeiros tempos para a preservação dos monumentos de “pedra e cal, barro e madeira”, segundo expressão de Silva Teles, a sua grande maioria ligada à Igreja Católica e à elite branca, e assim mesmo enfatizando as edificações representativas do período colonial (...). (Processo de tombamento, 2012, p.26, grifo nosso)

²³ Grifo nosso.

A escolha da citação acima apresentada evidencia uma crítica à ação do IPHAN cujo foco de interesse de preservação durante meio século foram os bens ligados “à Igreja Católica e à elite branca”, principalmente aqueles que se referem ao período colonial. Portanto, o que os autores do pedido indicam é que há uma escolha do processo de patrimonialização brasileiro que, além de especificar o perfil dos bens tombados, destaca a que grupo social os mesmos pertenciam. E que, no caso, não era do mesmo escopo do proposto naquele documento. Os autores queriam que fosse tombado um bem cultural que não estava relacionado nem à Igreja Católica, nem à elite branca e, muito menos, ao período colonial.

O parágrafo acima demarca um dos pontos que consideramos contraditórios do processo de patrimonialização da SISA, visto que o resultado do processo se restringiu ao tombamento da capela São João Batista – católico e relacionado a uma elite branca – , fato que se contrapõe – exatamente – ao que fora requerido para o tombamento.

Vale destacar que o autor do relatório afirma ainda que “com a proteção do patrimônio cultural edificado, o IPHAN também contribuía para, recuperando os espaços físicos, a “permanência de muitas manifestações populares de natureza imaterial, antes de serem ameaçadas pela televisão e pela globalização” (Processo de tombamento, p. 26, grifo nosso). Com quais manifestações populares o IPHAN contribuiu com a preservação mantendo suas edificações através do tombamento durante décadas? Esse aspecto não foi respondido pelo relator.

Ressalta-se dessa forma que, anterior ao processo de tombamento do terreiro Casa Branca em Salvador, no ano de 1984, os bens materiais preservados pelo viés religioso pertenciam exclusivamente à ordem católica. Assim constata-se que o conselheiro quando observa essa “permanência de manifestações populares de natureza imaterial”, trata-se de festejos, romarias e procissões, vinculadas ao catolicismo registradas através do livro de celebrações do IPHAN instituído pelo decreto Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 (que estabelece o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro).

O conselheiro-relator, Soutelo, complementa sua exposição, buscando argumentos que possam embasar seu ponto de vista, exemplificando que através da

(...) criação da comissão nacional do Folclore, nos anos 50 do século passado e recomendações da UNESCO em vários colóquios técnicos internacionais e com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), comandado por Aloísio Magalhães, nos anos 70 da mesma centúria, o conceito de Patrimônio passa a sofrer modificação para abranger outras expressões do fazer cultural brasileiro, culminando com o texto constitucional de 1988, ao adotar o de Patrimônio Cultural - imaterial. (Processo de tombamento, p. 27, grifo nosso)

As construções dessas iniciativas seriam o ponto inicial da institucionalização e da dilatação do reconhecimento de características múltiplas para o entendimento do que são patrimônios, com isso, pensando a categoria para além de uma forma de expressão já referendada. Expande-se para o reconhecimento da diversidade patrimonial já existente no Brasil. Seguindo do acréscimo ao corpo do texto do Artigo 216 da constituição de 1988, que define aquilo que constitui o patrimônio cultural material e imaterial brasileiro, o citado artigo é a primeira forma documental do Estado brasileiro de reconhecer a imaterialidade como dimensão patrimonial.

Soutelo dá continuidade à sua análise constatando que o pleito teve embasamento teórico e legal aceitável para ser atendido, ponderando que (...) a decretação da medida protetora fica na dependência do conselho reconhecer a importância do bem no universo cultural de Aracaju e de Sergipe, o que procurarei demonstrar nos demais itens do relatório. (Processo de tombamento, p. 28, grifo nosso).

A partir dessas colocações, conseguimos visualizar uma sinalização favorável ao pedido de tombamento por parte do relator, ainda que essa decisão não coubesse a ele exclusivamente. Considera-se que, depois da construção do parecer, seria necessário a apreciação dos demais conselheiros e, em conjunto, decidirem pelo seguimento e encaminhamento do processo para os demais órgãos competentes pelo reconhecimento institucional do bem a ser patrimonializado.

2.3.3 A Fábrica

Com intenção de apresentar a fábrica, o relator do processo elaborou um texto contendo informações gerais sobre a Sergipe Industrial, a sua fundação (1882), os empresários a ela vinculados, sua localização ampliada (trapiches de açúcar existentes na margem direita do riacho “Caiçá”, na região conhecida como Massaranduba) e o perfil da produção assim como de seus funcionários. Alguns desses elementos foram mencionados em subitens anteriores cumprindo com o papel de apresentar a fábrica²⁴.

O parágrafo de destaque deste subitem traz informações disponibilizadas pelo jornal Gazeta de Sergipe, produzido por Luiz Antônio Barreto (1982), que atribui a criação da Sergipe Industrial exclusivamente ao comerciante João Rodrigues da Cruz, que depois de ter falecido, sua viúva vendeu a fábrica ao cunhado, Thomaz Rodrigues da Cruz, e através desse

²⁴ O subitem foi transcrito de maneira resumida. A intenção aqui é demonstrar o conteúdo priorizado pelo relator para enfatizar o que ele julgava significativo em relação à fábrica.

ramo da família, mantiveram a fábrica até 1956 quando foi vendida a Augusto do Prado Franco (Processo de tombamento, p. 29). Desse modo, é possível datar a passagem de propriedade da fábrica: Segundo o conselheiro-relator, em 1982, quando completou o centenário de fundação, a Sergipe industrial ocupava uma área de aproximadamente 20.000m² no Bairro Industrial, o que nos dá direcionamento das proporções.

2.3.4. A inserção do bem na cidade e na história:

A fábrica Sergipe Industrial, enquanto bem proposto ao tombamento, estava situada no Bairro Industrial (anteriormente conhecido como bairro Chica Chaves²⁵), região que, no século XIX, era chamada de Massaranduba. Segundo Soutelo, esta era “uma das três [regiões] que constituíam o antigo Aracaju”. As outras chamavam-se: “Olaria, onde se localiza a cidade (núcleo central) e o Tramandaí, ao Sul” (Processo de tombamento, p. 30).

Nos primeiros tempos da capital, era chamado de Massaranduba, como se vê em anúncios de jornais e pedidos de aforamento de terrenos da marinha. No correr da segunda metade do século passado [XIX] vai ficando conhecido como Chica Chaves, nome que caiu no gosto do povo e que ainda muito se ouvia nas primeiras décadas do século atual, disputando com os novos nomes aplicados no bairro. O funcionamento da Fábrica Sergipe Industrial, em março de 1884, e o início da construção da Fábrica Confiança, em julho de 1908, fizeram aflorar nos lábios dos sergipanos, sob sentimentos de progresso, o título de bairro Industrial (...). (Porto, 2011, *apud*²⁶ Soutello, 2012, p. 30).

O surgimento das fábricas, desse modo, foi responsável por consolidar o bairro como uma área industrial, além de sua edificação permitir perceber “um crescimento da cidade no sentido Norte, com limites com o município Nossa Senhora do Socorro”, fixando o impacto da construção da fábrica na vida da “recém nascida cidade, no final do século XIX” (Processo de tombamento, p. 30).

O autor do relatório destaca o perfil da mão-de-obra da fábrica, constituída majoritariamente por mulheres e crianças. Assinala, ademais, sobre o padrão das residências de operários, contramestres e mestres, sublinhando a existência de outras edificações na área do entorno das fábricas pertencentes a famílias aracajuanas mais abastadas e vinculadas à indústria que buscavam se instalar para veraneio na “fímbria que margeia o rio, antes que procurassem outras áreas do núcleo urbano, como por exemplo a Atalaia” (Processo de tombamento, p. 31).

²⁵ Não foram encontradas referências bibliográficas sobre Chica Chaves, mas a partir de um filme produzido pela prefeitura de Aracaju conta-se que era uma mulher que doou várias terras às margens da prainha no bairro industrial no século XIX.

²⁶ O *apud* é trazido aqui para demonstrar com base em quais referenciais o relator se assegura de suas afirmações. O que não torna consequente uma concordância com essas justificativas.

2.3.5 Visita ao bem proposto para tombamento

Liderados por Marcos Franco, diretor da SISA, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo na companhia da arquiteta Marta Maria Chagas Silva, indicada pelo IPHAN, e da arquiteta Rosany Matos Albuquerque²⁷, pesquisadora que, naquele período, estava produzindo sua dissertação sobre as vilas operárias pertencentes às fábricas Confiança e Sergipe Industrial, a ser defendida na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foram recebidos por Antônio Bonfim e Wellington Lima, funcionários do empreendimento “há mais de 30 anos, [...] importantes informantes sobre as transformações pelas quais passou a indústria, desde que o empresário Augusto Franco a adquiriu” (Processo de tombamento, p. 35). Sobre esta visita, o relator nos conta dentro do documento por ele elaborado que

O que pudemos constatar é que da construção original nada mais resta, pois, as mudanças estruturais decorreram em função das necessidades de ampliação da unidade fabril para atender à modernização da fábrica, com vistas a garantir a sua presença no mercado de têxteis. E isto pode ser sentido com a realocação da unidade produtora, parte do Distrito Industrial de Aracaju, para a produção de toalhas e outros tecidos e parte na antiga usina Central, em Riachuelo, onde são produzidos sacos.

Das construções originais, restou a capela de São João Batista, cuja imagem ainda se encontra no retábulo²⁸. Não souberam nos informar com precisão, a data da sua edificação. Entretanto, eu presumo que tenha sido na última década do século XIX ou no início do novo século [XX], porquanto está aí sepultado o coronel José Augusto Ferraz (1948-1906). Salvo hipótese de ter sido a referida pessoa sepultada noutro lugar e, mais tarde, seus restos mortais transladados para a capela, podemos considerar que ela já se encontrava concluída e em uso no ano de seu falecimento.

No tocante ao partido arquitetônico, não possuo elementos para considerar se passou por transformações ao longo de sua história²⁹ (Relatório, p. 35).

O relator é contundente quando afirma que das “construções originais só restou a Capela”. Entretanto, ao final de sua justificativa, ele mesmo afirma a impossibilidade, naquele momento, de definir sobre a originalidade e a historicidade sobre a estrutura/estilo arquitetônico da mesma Capela, visto que não possui “elementos para considerar se a mesma passou por transformações ao longo de sua história”. Esta contradição explícita acaba demonstrando um dos muitos vácuos da pesquisa documental, realizada para a produção do relatório, e que conduziu a decisão sobre o tombamento do bem.

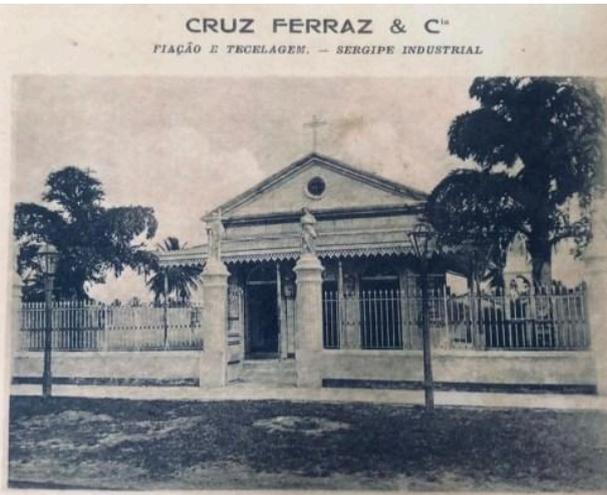
²⁷ Matos, Rosany Albuquerque. Vilas habitacionais de Aracaju: análise da origem e permanência de um patrimônio escondido. 2012. Dissertação (Mestrado) – UFBA, Salvador, 2012.

²⁸ Grifo do relator.

²⁹ Grifo nosso.

Fato é que originalidade e a historicidade são temas recorrentes nas negociações do campo do patrimônio. E, neste caso, foi devido ao uso deste argumento em favor de tombamento por uma suposta originalidade, inicialmente “convincente”, que entendemos que o processo foi, na verdade, mais do que conveniente a determinados grupos e, por isso, podemos refutá-lo.

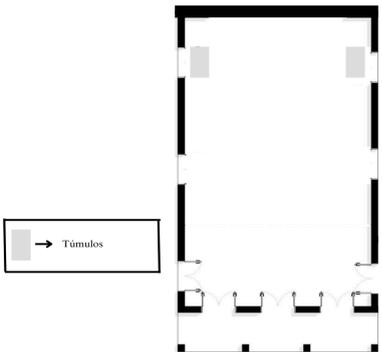
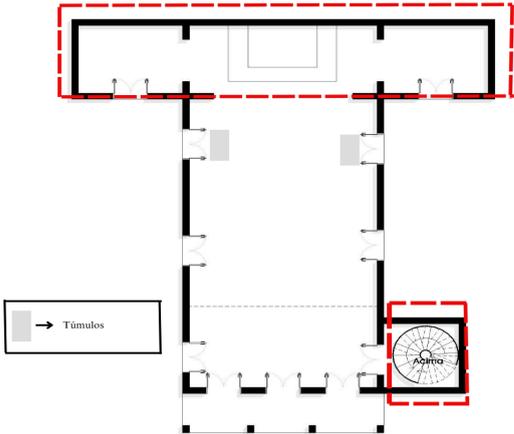
As imagens a seguir demonstram que é possível perceber que a capela – assim como todo o complexo da SISA – também sofreu alterações ao longo do tempo. E mais: essas alterações podem facilmente ser identificadas, vejamos nas fotografias a seguir:

<p>Imagem 09: Capela São João Batista</p>	<p>Imagem 10: Capela São João Batista</p>
	
<p>Acervo: Ana Medina Fachada das primeiras décadas do século XX</p>	<p>Autor: Desconhecido Fachada com aspectos da segunda metade do século XX- Atual</p>

Sem querer entrar na discussão sobre o que é mais original ou não, propomos uma observação na estética do bem (algo igualmente recorrente nas análises de propostas de patrimonialização). Não há registros que indiquem, por exemplo, em que década ocorreu a reforma que conduziu às características atuais da Capela São João Batista. Porém, o que podemos observar é que inúmeros elementos foram acrescentados e outros tantos excluídos.

Comparando as fachadas da Capela nas duas imagens, é possível perceber que mesmo em momentos distintos o formato das portas foram mantidos, o gradil e as esculturas das colunas do muro também permaneceram iguais e se modificadas não é possível através das fotografias identificar.

Abaixo foram trazidos dois croquis realizados especificamente para demonstrar as formas estruturais da Capela, considerando que não foram localizadas produções anteriores que trouxesse essa característica do espaço, e conseqüentemente pudesse possibilitar ao leitor uma ideia do que foi a capela durante as primeiras décadas do século XX e do que ela é atualmente. O primeiro foi produzido através da análise da imagem disponibilizada e o segundo realizado após visitas à edificação. Internamente, considerando que os túmulos de José Augusto César Ferraz e Thomaz Rodrigues da Cruz já faziam parte do espaço antes da reformulação do ambiente, entende-se que os mesmos ficavam aos pés do altar durante as primeiras décadas do século XX e permaneceram no mesmo lugar, porém o altar-mor acabou recuando devido à expansão da Capela.

Imagem 11: Croqui da capela antes da reforma	Imagem 12: Croqui da capela pós-reforma
	
Igor Santos Ano: 2023	Igor Santos Ano: 2023

Tirando esses aspectos supracitados, a Capela foi ampliada horizontal e verticalmente. Ela passou a comportar um pavimento superior interno (limitado e indicado com a linha tracejada no croqui) para abrigar o coro, janelas e elementos decorativos, como a torre e as salas laterais aos fundos, que funcionam como sacristia. Essas salas se alinham ao altar-mor, abrigam instrumentos litúrgicos e a indumentária dos sacerdotes. Podemos constatar que essas alterações ocorreram em função de seu uso.

Por fim, observando o entorno da Capela, tratando especificamente sobre seu espaço não construído, nota-se que, assim como a Capela foi ampliada, a SISA também foi, e isso fez

com que essa área que poderia servir de ambiente de interação ao início ou final da missa, além de quaisquer outras atividades, fosse igualmente impactada.

Imagem 13: Capela São João Batista



Autor: Desconhecido
Fachada com aspectos da segunda metade do século XX- Atual

Observando a imagem acima, registrada no período de demolição da SISA, é possível perceber como a estrutura arquitetônica da Fábrica se tornou próxima do espaço de culto. A justificativa da manutenção da capela como único e verdadeiro elemento de testemunho histórico, por ser o último espaço a preservar o critério da originalidade, nos indica que houve inclusive, um déficit durante a realização da pesquisa para dar fundamento a esse argumento.

Quando observamos que o processo de tombamento se atém, principalmente, à ideia de uma suposta estrutura “original” e ao exercício da função tumular da Capela, por abrigar os restos mortais de dois dos fundadores da SISA, para além do caráter cristão, constatamos que esse lugar promove o culto também aos empresários.

Contudo, o mais impactante é que diante dessa ausência de solidificação de onde se alicerça a base conceitual da noção de patrimônio é que se encontram os riscos de se ignorar os desejos, as vivências e as trajetórias das pessoas que buscaram os requerentes para impedir a demolição da SISA. Isso impacta, diretamente, na exclusão de determinados saberes e fazeres, assim como nas memórias vinculadas às práticas de trabalho e de lazer, bem como das movimentações políticas que contribuíram para a melhoria das condições de vida, no primeiro plano, daqueles sujeitos, mas não somente.

2.3.6 Nomes que se ligam à história da Fábrica

Ressalta-se que na história dessa fábrica ainda estavam incluídos Augusto Prado Franco, empresário e político sergipano, assim como Thales Ferraz, considerando-o uma figura ímpar do empresariado sergipano, cujo nome foi sempre lembrado, mesmo muito tempo depois de falecido, pelo pioneirismo de suas ações.

[...] Por muitos anos diretor da fábrica Sergipe Industrial, criador e mantenedor do parque industrial, o maior e mais diversificado complexo de lazer da capital sergipana.

Em 1919, depois de viajar pelos Estados Unidos em busca de ideias para as relações com os operários da fábrica, Thales Ferraz desenhou e instalou o parque, com mesas e cadeiras acolchoadas para uso dos trabalhadores e suas famílias, oferecendo cinema, espetáculos de teatro, de música ampliando o convívio social nos bailes, nos piqueniques excursões, enquanto garantia serviços médicos, odontológicos, farmacêuticos, educacionais aos filhos dos operários. Creches, escola e farmácia existiam ao lado dos clubes esportivos formados com o pessoal da própria Fábrica.

Mais do que visionário, que introduziu férias e reajustou salários de acordo com o padrão digno de sobrevivência, Thales Ferraz foi benemérito da cidade, contribuindo para a construção do hospital de Cirurgia e para outros equipamentos e socorrendo os pobres das cercanias da fábrica. (Luiz Antônio Barreto, 1982 *apud* Soutelo³⁰, 2012 p. 37).

O presente subtópico carrega aspectos que poderiam ser repensados em momentos anteriores do processo por seu conteúdo, porém não o foram, dispomos desse modo por interessar também a demonstração da maneira não linear em que um arquivo acumula e organiza suas narrativas, a dissertação buscou um reordenamento para alguns elementos, mas para outros entende-se a necessidade de preservar essa característica.

2.3.7 Conclusão do relatório

Logo no início das considerações finais do processo de tombamento, Soutelo ressalta a importância da fábrica como referência na sua ocupação espacial, ainda que seus traços arquitetônicos “originais”, em face da própria dinâmica do processo de produção têxteis, tenham sido perdidos ao longo do tempo, principalmente a partir dos anos cinquenta do século passado. Momento em que, segundo Silva (2019), as indústrias têxteis do Nordeste enfrentaram um declínio que durou até a década de 1990.

O conselheiro-relator afirma que enquanto remanescente do complexo fabril há apenas “um elemento arquitetônico forte: a capela de São João Batista, indubitavelmente um marco da arte de construir templos religiosos em Sergipe, na passagem do século XIX para a

³⁰ O *apud* é trazido aqui para demonstrar com base em quais referenciais o relator se assegura de suas afirmações. O que não torna consequente uma concordância com essas justificativas.

centúria seguinte”. Portanto, segundo o relatório, o templo deveria ser mantido porque, em primeiro lugar, é composto por características arquitetônicas únicas, e a Capela era um testemunho da história porque ao abrigar os restos mortais de dois ex-diretores da Sergipe Industrial constituía “um memorial dos fundadores da indústria”.

Manifestando-se, portanto, favorável apenas ao tombamento da Capela, localizada em uma ínfima parte da área da antiga fábrica Sergipe Industrial, o relator ainda ressalta “a importância da unidade fabril para a vida econômica, social e cultural de Sergipe, em geral, e de Aracaju, em particular, ao traçar as teias de relações produtivas e de trabalho, que impulsionaram o movimento operário em nosso Estado” (Processo de tombamento, p. 54)³¹. No entanto, nada além da Capela entrou na proposta de tombamento.

Por conseguinte, no texto final, o conselheiro recomenda que os proprietários da Sergipe Industrial “cedam, por doação, uma parte do terreno da fábrica para a criação de um Memorial da Industrialização nesta Unidade da Federação”, considerando ser mantido pelos próprios proprietários e pela Fundação Augusto Franco, o Governo do Estado, o Governo do Município de Aracaju, a Federação das Indústrias de Sergipe (FIES), a Universidade Federal de Sergipe (UFS), a Universidade Tiradentes (UNIT) e bem como outros segmentos da sociedade interessados no bem, “inclusive do movimento operário”, construindo, ainda, um modelo de gestão em que todas estas entidades estivessem “integradas num protocolo de ação e com assento no comitê gestor do Memorial”. Solicitou, também, com caráter de urgência, a cessão da documentação mais antiga da SISA (até o início do século XXI) para constituir acervo do próprio memorial (Processo de tombamento, p. 55).

Por fim, ponderando a importância do Bairro Industrial para a formação da cidade, “desde o aparecimento das fábricas de tecidos Sergipe Industrial e Confiança, conferindo ao mesmo, como foi dito, características próprias, com casas residenciais e fábricas, na orla do rio, casas integrantes das antigas vilas operárias nas suas ruas centrais”, principalmente, ao longo da avenida João Rodrigues e seus arredores, pede-se para pela manutenção dessa configuração do bairro “em face do gabarito, do implante da volumetria das construções” e relator indica:

Por esta razão, recomendo ao Governo do Município de Aracaju:

- a) A constituição de um grupo de trabalho, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, a fim de desenvolver estudo no sentido de estabelecer um zoneamento especial de proteção, por importância histórica artística e cultural,

³¹ As páginas 54 e 55 destacadas enquanto referência pertencem ao processo de tombamento.

estabelecendo parâmetros que levem em consideração os três elementos anteriormente colocados;

- b) O estabelecimento, até a definição referida no item “a” de que qualquer intervenção em construções no bairro fique sujeita a regras especiais, tomando-se como parâmetro a altura das fábricas Sergipe Industrial e Confiança (construção incluídas nela as chaminés).

Posterior à apresentação do relatório desenvolvido pelo Conselho, podemos identificar os ofícios que nos demonstram um exemplo de quanto tempo pode demandar para que o processo siga os demais trâmites processuais: no primeiro ofício de nº003/13/CEC, de 08 de Fevereiro de 2013, o CEC solicita à secretaria de Estado da Cultura uma cópia do ofício nº180/12/CEC/GP de 29 de novembro de 2012, o que corresponde a um pedido à Subsecretaria de Estado com cópia das informações técnicas. Estas informações foram realizadas pelo arquiteto Edilio Lima e são relativas à adaptação da antiga Fábrica. São essas informações que serviram para instruir o processo iniciado pelo CEC, caso o mesmo estivesse anexado ao processo. Esse é o único momento em que as informações técnicas são mencionadas e atribuídas a realização a alguém.

O ofício nº 004/12/CEC/GP de 09 de janeiro de 2013, direcionado a Marcos Franco/ Diretor da Sergipe Industrial, questiona sobre a procedência da informação sobre o edifício da Fábrica estar à venda, além disso, busca consultá-los sobre o nome dos atuais proprietários do imóvel, para dar continuidade ao processo de tombamento que se encontrava em fase de finalização.

O terceiro é o ofício de nº 167/13/CEC/GP, de 18 de setembro de 2013, que permanece requisitando respostas ao documento anterior. Nota-se que há um intervalo de oito meses de espera que apenas foi atendida em 01 de outubro de 2013. Na ocasião, os diretores da Sergipe Industrial, Marcos Leite Franco e Osvaldo Miranda Franco responderam que o imóvel não estava à venda, e que o mesmo permanecia sob sua propriedade. No dia 08 de outubro de 2013 foi redigida a deliberação nº 021/2013-CEC.

O conselho em sua 21ª sessão plenária realizada no dia 27 de novembro de 2012, presentes os conselheiros Ana Luiza Valadares (presidente), Ádria Lavres, Aglaé Fontes, Ana Conceição S. de Carvalho, Ana Maria do N. F. Medina, Antônio Amaral, Cléa Santana, José Augusto B. Dória, Luiz Fernando R. Soutelo e Regina Spinelli deliberaram, por unanimidade dos votos, recomendar ao Governo do Estado através da Secretaria do Estado da Cultura o tombamento da capela de São João Batista, na área da antiga Fábrica Sergipe Industrial, na cidade de Aracaju, bem como acolher outras recomendações constantes no parecer do relator, tudo na dependência de informações complementares requeridas durante a aludida sessão, o que se complementou em 1º de outubro de 2013 conforme consta da ata aludida sessão guardada no arquivo do Colegiado.

No dia 09 de outubro de 2013 (de acordo com o ofício 190/13/CEC/GP), ocorreu o encaminhamento do processo nº 099/2011-CEC, relativo ao tombamento da capela da Fábrica Sergipe Industrial, que havia sido aprovado no dia 27 de novembro de 2012. O conselho pleno “tendo acolhido as recomendações do relator, solicita dar andamento ao processo na forma da lei nº 2069, de 28 de dezembro de 1976” (Lei de Tombamento do Estado de Sergipe), à Secretaria do Estado da Cultura que, por sua vez, direciona o pedido à Secretaria do Estado da Casa Civil com o assunto se referindo ainda a aprovação do tombamento da “Fábrica de Tecido Sergipe Industrial”.

Esse documento, cujo propósito foi o de encaminhar o tombamento da Capela, teve outra titulação do ofício: o cabeçalho informa, explicitamente, que tratava-se do tombamento da fábrica. Ou seja, a titulação do ofício declara o tombamento da fábrica, mas o conteúdo do texto do mesmo ofício direciona, como alvo de preservação, apenas a Capela. Esta redação torna confusa a compreensão da decisão tomada pelo conselho, além de criar uma falsa esperança de que em algum momento houvera sido encaminhado pelo conselho a patrimonialização de toda a área da SISA. Porém, ao que tudo indica, era somente um erro de digitação e composição de redação.

Além do erro na inscrição do processo, a própria distribuição dos documentos não seguiu uma ordem cronológica, com base na análise das informações disponíveis. Desse modo, antes dos documentos terem sido reorganizados, a forma pela qual estavam organizados poderia ocasionar ao leitor uma certa sensação de interrupção do processo do tombamento. Por exemplo, o decreto para o tombamento da Igreja foi elaborado no ano de 2015 (dois anos depois do encaminhamento do processo, como vimos anteriormente), embora houvesse no título do ofício de nº 728/2013 o equívoco sobre o que deveria ser tombado – a fábrica; mesmo assim, o processo teve continuidade considerando as recomendações do Conselho e, conseqüentemente, ignorando a titulação transcrita pela Secretaria do Estado da Cultura de Sergipe (SECULT).

2.4 Procuradoria do Estado

Em 09 de dezembro de 2013, a partir da Procuradoria Especial de Assuntos Fundiários e Patrimônio Imobiliário (PEAFPI/PGE), foi elaborado um documento pela Procuradoria do Estado para instruir sobre a viabilidade de execução do Decreto de Reconhecimento da Capela São João Batista enquanto Patrimônio Cultural do Estado.

De origem da Secretaria do Estado da Casa Civil, tendo como interessados: a Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural e a Secretaria de Estado da Cultura e o Conselho Estadual de Cultura, o parecer nº 6740/2013-PGE informa sobre a possibilidade de tombamento do bem proposto para, ao longo das demais páginas, argumentar sobre os aspectos a serem considerados.

Reconhecendo o valor cultural, histórico e religioso do bem, o documento prevê a proteção e a vigilância do Estado de Sergipe para o bem, levando em conta a possibilidade de intervenção financeira do Estado apenas se comprovada a impossibilidade do proprietário. O documento confirma, ainda, a possibilidade de ação conjunta com o grupo empresarial proprietário da fábrica.

A análise de conveniência e oportunidade do ato assegurou a decretação do tombamento e o registro no Livro de Tombo da Secretaria de Estado da Cultura. A decisão estava coberta pelo art. 216, 1º da Constituição Federal e, por isso, designava o deferimento do pedido.

2.4.1 Menção ao relatório do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe

O relatório elaborado pelo Conselho Estadual de Cultura foi encaminhado pela Secretaria da Casa Civil para a Procuradoria Especial dos Assuntos Fundiários e Patrimônio Imobiliário com o pedido de tombamento (ofício 728/2013) que versa, apenas, sobre a Capela São João Batista. Destaca-se que procedimento administrativo, instruído através dos ofícios expedidos pela Secretaria de Cultura, bem como o parecer nº05/2012 do Conselho Estadual de Cultura (CEC), informava sobre a importância histórica da fábrica no processo de modernização da cidade e na industrialização, sendo o documento ilustrado por fotos e alerta sobre a inexistência de elementos arquitetônicos da construção original da fábrica, remanescendo apenas a Capela como parte do complexo fabril.

O procedimento administrativo foi encaminhado à PEAFFPI/PGE e anexado ao relatório junto à deliberação do Conselho, que se posicionou favoravelmente ao tombamento da Capela e aos ofícios de pedido de tombamento do grupo de pesquisa com a resposta dos diretores da fábrica que confirmaram que o imóvel não estaria à venda e, também, a certidão do auto de partilha de Thales Ferraz.

2.4.2 Mérito

Em termos de julgamento do mérito do pedido, a Procuradoria Geral do Estado fixou que “a análise acerca da conveniência e oportunidade da realização de qualquer ato de gestão, quer no seu aspecto econômico, quer no seu aspecto administrativo denominados” de “mérito administrativo” são de responsabilidade única do administrador público. Sendo que compete à procuradoria apenas a análise dos aspectos jurídicos (Processo de tombamento, p. 79).

2.4.3 Da possibilidade de tombamento da capela São João Batista localizada na área da Fábrica de tecidos Sergipe Industrial em Aracaju/SE³²

Sendo o tombamento um instrumento legal, aplicado por ato administrativo, cuja competência é atribuída ao poder executivo, considera-se que, por meio do tombamento, o valor cultural do bem passa a ser reconhecido pelo Estado e deve ser instituído sobre ele um regime especial de proteção, considerando-se, portanto, a função social do mesmo (Processo de tombamento, p. 79).

Registrando que, dada a relevância da temática que, nesse momento, se encontra em apreciação, o próprio constituinte pátrio estabeleceu o dever de proteção e de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro no art. nº 216, 1º§:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – As formas de expressão;

II – Os modos de criar, fazer e viver;

III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

Dessa forma, a Procuradoria responsável por verificar o processo afirma que “o tombamento se insere no âmbito de direito administrativo, uma vez que se arrima ao poder de

³² A titulação do subitem “Da possibilidade de tombamento da capela São João Batista localizada na área da Fábrica de tecidos Sergipe Industrial em Aracaju/SE” é a transcrição do título de um dos documentos elaborados para justificar o tombamento e anexado ao processo e trata, em resumo, de informações centrais ao processo.

polícia, instituto típico deste ramo jurídico”. Reconhecendo a instituição do tombamento como um “verdadeiro procedimento administrativo, pela sucessão ordenada daqueles atos, a grande parte da doutrina que a ele se refere, o considera tão somente como ato administrativo” (Processo de tombamento, p. 80).

O tombamento, dessa forma, consistiria na “declaração pelo poder público do valor histórico, artístico, paisagístico, cultural ou científico de coisa que, por esta razão, devem ser preservadas, de acordo com a inscrição em livro próprio” (Processo de tombamento, p. 80). Por ser ato administrativo e para que o tombamento seja realizado, é necessário a existência de lei anterior ao pedido para validá-lo. Além disso, é preciso que, ao definir, o bem preservado indique, inclusive, a finalidade a ser tutelada por seu intermédio. Nesse sentido, recorre-se a legislação que versa sobre o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, Lei nº 2069, de 28 de dezembro de 1976, cujo conteúdo é destacado da seguinte forma:

Art. 1º - Ficam sob a proteção e vigilância do Poder Público Estadual, por intermédio da Secretária de Educação e Cultura, os bens móveis e imóveis atuais ou futuros existentes nos limites de seu território, cuja preservação seja de interesse público, desde que se enquadrem em um dos seguintes incisos:

I - Construções e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinada época ou estilo;

II - **Edifícios, monumentos, documentos e objetos intimamente vinculados a fato memorável da História local ou a pessoa de excepcional notoriedade;**³³

III - Monumentos naturais, sítios e paisagens, inclusive os agenciados pela indústria humana, que possuam especial atrativo ou sirvam de "habitat" a espécimes interessantes da flora e da fauna local;

IV - Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural;

V - Sítios arqueológicos.

Art. 2º - Os bens a que se refere o artigo 1º passarão a constituir o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, depois de decretado o seu tombamento por ato de chefe do Poder Executivo Estadual e efetuada a sua inscrição no Livro de Tombo.

Parágrafo único - O Decreto de tombamento será precedido de estudos e indicações da Secretária de Educação e Cultura, ouvido o CEC (p. 80, grifos da procuradoria).

A participação do Estado de Sergipe no quesito financeiro em práticas de conservação do bem só pode se dar nos casos especificados no Artigo 11 da lei supracitada, que assim fora prescrito:

Art. 11 – O proprietário do bem tombado que não dispuser de recursos financeiros para nele realizar as imprescindíveis obras de conservação e reparação, deverá comunicar à Secretaria de Educação e Cultura a necessidade de realização dessas obras, sob pena de incorrer em multa correspondente à importância em que for avaliado o dano que, em consequência, o bem vier a sofrer.

§ 1º - Recebida a comunicação e verificada a necessidade de realização das obras, a Secretaria de Educação e Cultura promoverá as providências que julgar acertadas.

³³ O parágrafo II fora negrito pelo procurador no documento desenvolvido, gerando o entendimento que seria nesse tópico em especial a capela São João Batista fora encaixada.

§ 2º - Independentemente da comunicação de que trata o “caput” deste artigo, se for constatada urgência na realização de obras e proveito do bem tombado, a Secretaria de Educação e Cultura poderá empreendê-la, cabendo-lhe notificar administrativamente o proprietário ou possuidor.

Por conseguinte, o Estado deverá intervir apenas “naquelas situações em que o proprietário do bem tombado não disponha de recursos financeiros para a realização da obra, subsidiando a mesma” (Processo de tombamento, p.82). Nesse caso, verificando que o bem [a ser] tombado pertence ao grupo empresarial privado SISA – Sergipe industrial S.A, a procuradoria concluiu que o mesmo “é dotado ao menos *prima face*, de recursos financeiros para arcar com as despesas desta monta, o que não impede, diga-se de passagem, uma ação conjunta com a administração pública estadual quando da necessidade de intervenções mais onerosas” (Processo de tombamento, p. 82).

Dessa forma, analisados os aspectos mais relevantes no que diz respeito ao instituto do tombamento, conclui-se, com clareza, pela plena possibilidade de alçar a Capela São João Batista, localizada na antiga área da antiga Fábrica Sergipe Industrial, à condição de bem tombado pelo patrimônio histórico e cultural do estado de Sergipe, por tratar-se de um monumento religioso marcante e indissociável da história sergipana. Em seu interior, encontra-se os restos mortais dos fundadores da indústria Coronel José Augusto Ferraz e do Dr. Thomaz Rodrigues da Cruz, personagens muito importantes para o desenvolvimento da unidade fabril e, por consequência, para a vida econômica, social e cultural de Sergipe ao trançar as pioneiras teias de relação produtivas e de trabalho, impulsionando o movimento operário no estado. Diante desse cenário, em restando concretizado o ato de tombamento por parte do chefe do poder executivo estadual, que deve analisar os critérios de conveniência e oportunidade do ato administrativo de tombamento, a Capela São João Batista passa a ficar sob vigilância do Estado de Sergipe, que se responsabilizará por agir, juntamente com o grupo empresarial SISA, no trabalho de conservação dessa construção histórica.

Por fim, antes de enviar os autos para deliberação do Exmo. Governador do Estado, consigne-se que o presente requerimento administrativo já fora analisado pela Exma. Secretaria Estadual de Cultura, que se manifestou favoravelmente pela aprovação do tombamento e expedição do respectivo decreto pelo poder executivo estadual (ofício 727/2013) (Processo de tombamento, p. 83).

2.4.4 Conclusão do parecer da procuradoria

O procurador finalizou suas considerações assumindo que “à vista do exposto, forte nos argumentos fáticos e jurídicos adrede mencionados esta advocacia pública do Estado de Sergipe inclina-se pela possibilidade/deferimento do tombamento da Capela São João Batista” (Processo de tombamento, p.83), situada na área da fábrica de tecidos Sergipe Industrial, no município de Aracaju/SE, de fundação reportada ao final do século XIX. Definindo como dever da administração pública acatar as seguintes orientações:

1 – Que sejam remetidos os autos ao gabinete do Exmo. Secretário Estadual da Casa Civil, dando-se conhecimento do Exmo. Governador do Estado de Sergipe, para fins de apreciação quanto à possibilidade-viabilidade da decretação do tombamento proposto, para que depois, em caso de restar convencido da conveniência e oportunidade do ato, subscreva o decreto de tombamento da Capela São João Batista;

2- Por fim, decretado o tombamento pelo chefe do poder executivo, volvam-se os autos à Secretaria de Estado da Cultura, no sentido de efetivar a inscrição da Capela de São João Batista no livro de tomo correspondente nos termos do art.17 da lei nº 2.069/76.

Dê-se ciência da presente manifestação jurídica, às seguintes autoridades:

Ao Ilmo. Vice-chefe do Departamento de História da UFS, responsável pelo requerimento administrativo de tombamento;

A Exma. Secretaria Estadual de Cultura, para que inscreva o bem no livro de tomo;

Ao Exmo. Secretário de Estado da Casa Civil, autoridade responsável por colher o posicionamento do Exmo. Governador do Estado de Sergipe acerca da conveniência e oportunidade de tombamento;

Ao Exmo. Secretário de Estado de Governo, responsável pela confecção da minuta do decreto de tombamento a ser encaminhado ao Exmo. Governador do Estado de Sergipe (Processo de tombamento, pp. 83-84).

2.5 Demais documentos anexos

Com uma pausa entre os anos de 2013 e 2014, no dia 21 de janeiro de 2015, o documento finalmente retornou ao expediente, por meio do Governador do Estado à Secretaria do Estado da Cultura, via Elder Góes, novo responsável pela pasta (p. 86), em substituição de Eloisa Galdino, então secretária de Cultura.

Dando continuidade ao procedimento, em 27 de julho de 2015, foi enviada a Marcos Franco Leite Sobrinho, Diretor da Sergipe Industrial/ SISA a notificação do tombamento nº009/2011 – CEC. A Secretaria de Estado da Cultura informou que tendo em vista ser de interesse público a preservação do bem acima descrito, desejaria promover o seu tombamento, integrando-o ao Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Sergipe, nos termos da lei 2.069, de 28 de dezembro de 1976, a Capela de São João Batista. O referido tombamento, dessa maneira, pode ser voluntário se no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da notificação, fora inscrito espontaneamente ou for oferecida concordância por escrito, para sua inscrição. Não respondida a presente notificação ou não sendo impugnada a inscrição do bem, perante o Governador do Estado, no prazo assinalado, poderia ser efetuado compulsoriamente, por decisão do chefe do poder executivo (Processo de tombamento, p.87).

A Diretoria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC), em 28 de julho de 2015, solicitou novamente a elaboração do decreto de tombamento, requerendo a mudança de onde tem a “preservação do prédio da Capela Sergipe industrial, na área da Fábrica de Tecidos

Sergipe Industrial do Município de Aracaju, Estado de Sergipe”, para: preservação da Capela São João Batista, na área da antiga Fábrica Sergipe Industrial, no município de Aracaju, Estado de Sergipe. Esse acréscimo da palavra “antiga”, num primeiro momento, pode passar despercebida, mas demarca um indício da demolição da fábrica, acontecimento que não é notificado durante o processo (Processo de tombamento, p. 88, grifos nossos).

No dia 30 de julho de 2015, Elder Góes encaminhou o processo nº 099/2011/CEC, solicitando a elaboração do Decreto em reconhecimento da Capela São João Batista como Patrimônio Cultural do Estado com interesse de concluir sua inscrição no livro de tomo da DPHAC, que enviado para a Secretaria do Estado do Governo (SEGOV). Assim sendo, em 06 de outubro de 2015, foi redigido o decreto nº 30.079, que declarou de interesse público para fins de inscrição e realização de tombamento da Capela São João Batista enquanto Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe.

CAPÍTULO III - A CAPELA SÃO JOÃO BATISTA ENQUANTO BEM PATRIMONIALIZADO

O presente capítulo foi desenvolvido com a pretensão de proporcionar ao leitor a possibilidade de conhecer a Capela São João Batista, a partir de como ela se encontra atualmente. Depois que o processo de tombamento foi realizado, a Capela passou pelo período de restauração e foi reinaugurada no dia 05 de outubro de 2019, com missa presidida pelo Arcebispo Dom João Costa.

Segundo informações noticiadas pela arquidiocese de Aracaju, disponíveis em seu site³⁴,

A capela foi preservada mesmo depois da construção do novo shopping (Aracaju Parque Shopping), pois foi um pedido da Dona Maria Virginia Leite Franco³⁵, ainda viva, pediu para que a igreja nunca fosse demolida. O pedido foi acatado e a pequena capela continua de pé mesmo com a imponência e a grandiosidade do empreendimento comercial erguido na localidade. (Arquidiocese de Aracaju, 05 de outubro de 2019).

Essa informação nos revela algumas das características presentes no desenvolvimento e no reconhecimento de um Bem Cultural como um Patrimônio, esboçada na multiplicidade de narrativas construídas e possíveis formas de sua apropriação. Documentalmente, esse pedido da matriarca da família Franco não foi um dos argumentos apresentados no processo de tombamento, trazido no Capítulo 2, mas por ter se tornado algo propagado, não o desconsideramos.

³⁴ Disponível em:

<https://www.arquidiocesedearacaju.org/post/novo-shopping-de-aracaju-mant%C3%A9m-igreja-que-%C3%A9-re-aberta-pelo-arcebispo-dom-jo%C3%A3o-costa><. Acesso: 22/07/2023

³⁵ Maria Virginia Franco faleceu em 05 de junho de 2014 e foi esposa do ex-Governador, médico e industrial Augusto Franco.

3.1 Capela São João Batista

A Capela São João Batista, embora não seja esteticamente ou automaticamente remetida à indústria Têxtil Sergipana, uma vez que, atualmente, parece estar desvinculada de seu contexto, considerando o local em que se encontra (ao lado do *shopping center*), é encarada, na presente pesquisa, como um vestígio desse passado fabril. Poupada do mesmo destino do restante do complexo arquitetônico que pertencia a SISA - a demolição -, o edifício pode nos indicar coisas importantes, relacionadas às disputas e aos jogos de poder, às concessões realizadas, às questões financeiras em pauta, além das discussões simbólicas em torno dos conceitos de patrimônio. Devemos entender, como afirmado anteriormente, o campo do patrimônio material como um campo simbólico, que rege e é regido por um ritmo e que, ao mesmo tempo, ainda dita qual bem deve ou não ser patrimonializado e o que, nesse caso, definiu a Capela enquanto o bem cultural tombado.

É com base em um compilado de informações presentes no relatório e nos documentos anexados ao processo que foi possível identificar as sutilezas simbólicas da patrimonialização da Capela. Inclusive, entendemos que este processo foi conduzido a partir de uma espécie de brutalidade e que resultou em um apagamento da memória dos ofícios e dos trabalhadores. Vale lembrar os documentos e, até mesmo, as atas, que não foram acrescentadas ao processo oficial, narram apenas parcialmente como estavam se desenvolvendo as relações entre o Estado, o Conselho de Cultura, os empresários da SISA e os demais interessados, como os moradores do entorno, os trabalhadores da fábrica e os pesquisadores autores do pedido.

Embora a Capela tenha sido alvo da salvaguarda, relatório sequer inclui pesquisa e demais descrições³⁶ sobre a arquitetura, seus usos, seu espaço nas práticas sociais e na história da empresa. Além do argumento de ser o “remanescente” que mantém “características originais”, não há mais aspectos que embasem sua relevância. Diante disso, resolvemos, a seguir, apresentá-la ao leitor e demonstrar alguns dos elementos móveis e imóveis que a compõem.

Por isso, antes de mais nada, é necessário apresentar o esforço de identificar seu estilo arquitetônico, denominando-a inicialmente enquanto de estilo eclético. Por estilo eclético, entende-se que a edificação reúne, em si, uma série de elementos de diferentes estilos artísticos, como por exemplo: as rosáceas/óculo na torre (estilo neogótico); frontão triangular antecedendo as entradas principais e as portas em formato de arcos de *medio punto* (estilo

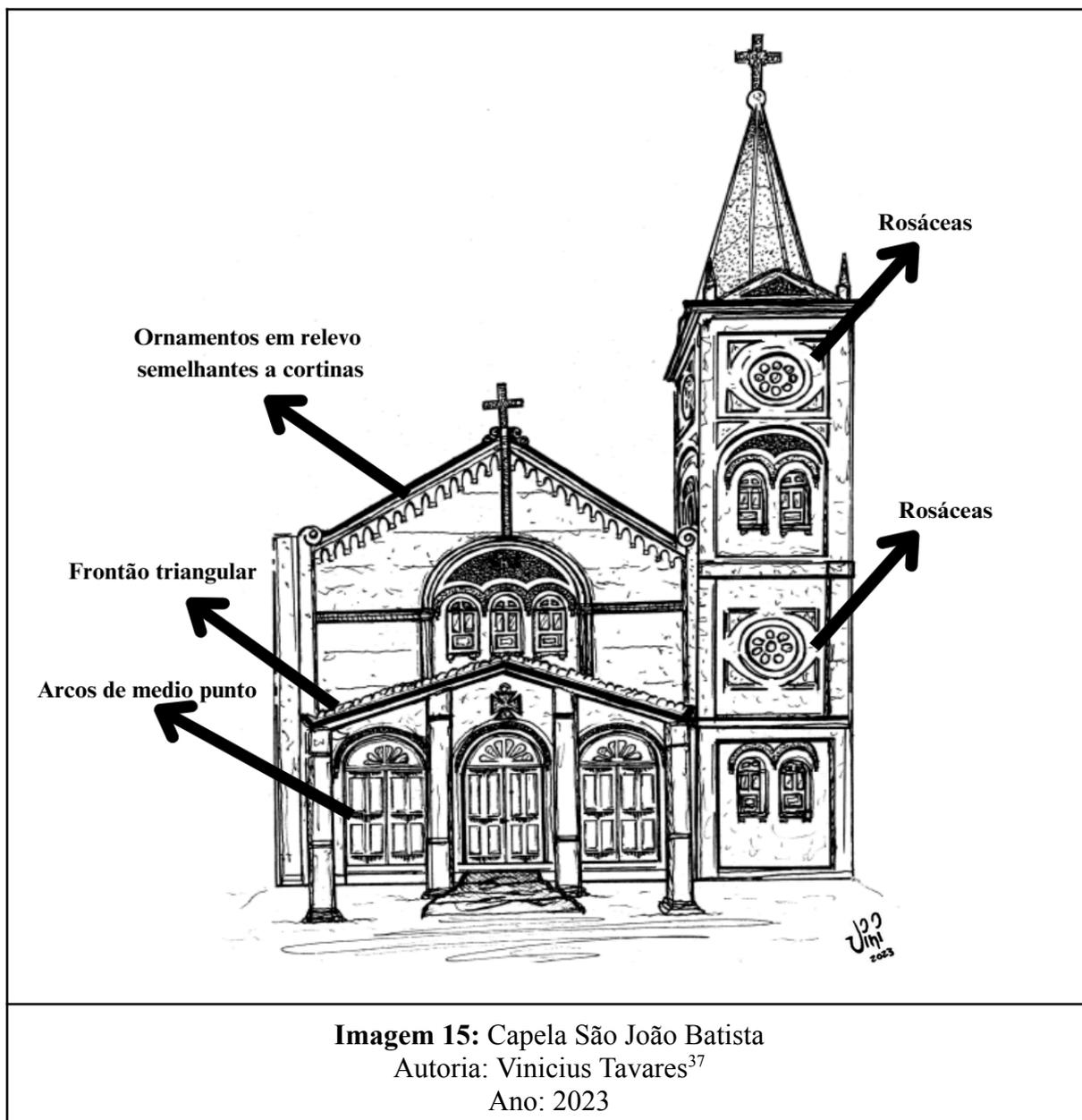
³⁶ Apenas uma fotografia da capela São João Batista foi anexada ao processo, enquanto a maior parte dos industriais foram identificados.

neoclássico) que apresentam a metade da representação de uma flor na parte superior de suas portas; e ornamentos em relevo se assemelhando a cortinas próximo a platibanda (coroamento da capela), além de linhas que se sobressaem marcando a estrutura da edificação lateralmente.

Imagem 14: Capela São João Batista



Acervo: Milena Santos
Ano: 2023

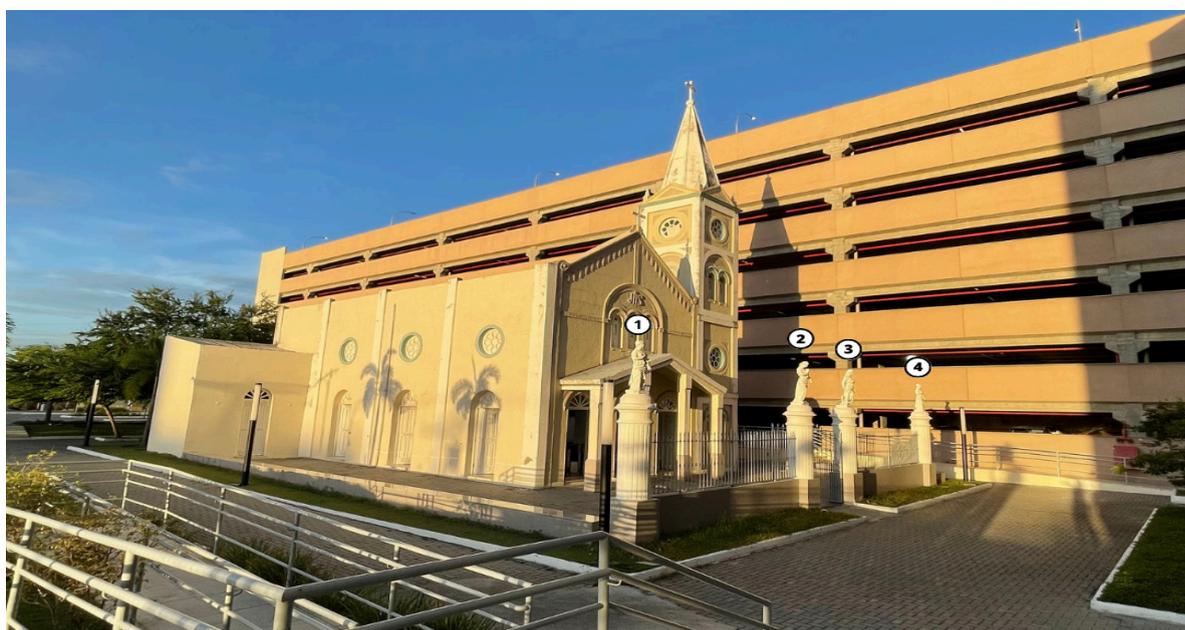


³⁷ As ilustrações enumeradas como imagens 17, 18, 19, 20 e 21 foram produzidas para o presente trabalho por Vinicius Tavares - Artista Visual. O desenho orientou as escolhas profissionais de Vinicius Tavares (1994), desde a infância até o ingresso em Artes Visuais pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Trabalhou durante 2 anos (2016 - 2017), com mediações culturais na contemplada Galeria de Arte J. Inácio, na cidade de Aracaju - SE. Organizou diversas mostras coletivas na cidade histórica de São Cristóvão - SE; contribuiu por 2 anos (2016 - 2017), enquanto bolsista do Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência – PIBID, através do qual desenvolveu aulas práticas de artes no Colégio de Aplicação – CODAP/UFS; ministrou cursos, oficinas e eventos em cidades como: Brasília/BSB, Viçosa/MG, Belo horizonte/MG e Santa Maria/RS; em 2023, foi o único nordestino selecionado para a residência artística Cine Luso, em Bruxelas/BE; atualmente desenvolve pinturas figurativas contendo técnicas contemporâneas e atua como professor de artes visuais na Escola de Artes Valdice Teles, localizada na cidade de Aracaju/SE; O agradecemos, imensamente, a seção das ilustrações para a composição desta dissertação.

O desenho acima foi realizado com a intenção de contribuir para que o leitor possa visualizar mais amplamente alguns detalhes da Capela que não poderiam ser vistos da mesma maneira em fotografias, por serem ocultados dada a proximidade que o gradil ocupa da edificação.

3.2 Estátuas do gradil

Imagem 16: Capela São João Batista

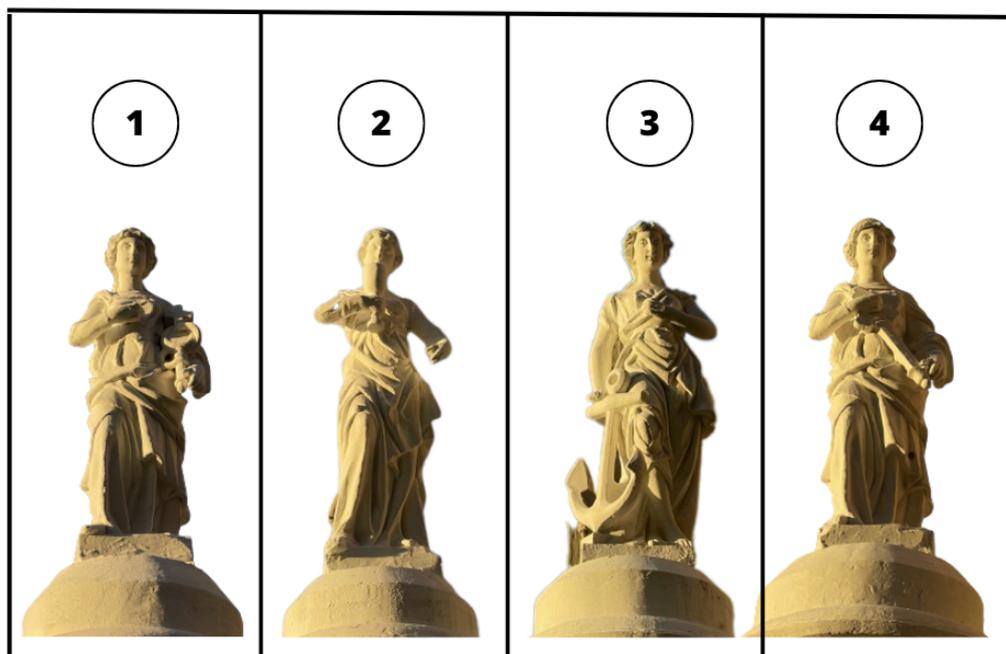


Acervo: Milena Santos
Ano: 2023

Partindo para observação do gradil, encontramos no topo de cada coluna uma figura em concreto, totalizando quatro representações humanas que trazem consigo objetos de relação simbólica cristã, cada um com seu respectivo significado.

A Imagem 16 indica a localização da esquerda para direita das estátuas em ordem crescente. Trouxemos as mesmas estátuas de maneira numerada e ampliada na imagem de número 17 para demonstrar suas formas, além de apresentar os objetos que cada uma delas traz consigo.

Imagem 17: Representações humanas das colunas do gradil



Acervo: Milena Santos
Ano: 2023

Essas estátuas podem estar vinculadas tanto às virtudes³⁸, oposições aos pecados capitais, representadas através de símbolos dentro do cristianismo, divididas entre virtudes teologais (a Fé, a Esperança e a Caridade) e cardeais (Prudência, Justiça, Temperança e Fortaleza) quanto aos apóstolos de Cristo, possivelmente, os Evangelistas.

<p>Imagem 18</p>	<p>O objeto que a estátua de número um carrega, apresenta a soma de três elementos (espelho, cruz e serpente). O espelho traz uma cruz na parte de cima de sua estrutura e uma serpente o envolvendo. O Espelho simboliza a reflexão, autoconhecimento e discernimento, a serpente representa a cautela e a sabedoria e a cruz vincula-se ao sacrifício de Cristo em prol da humanidade.</p>
 <p>Desenho: Vinicius</p>	

³⁸ Por meio de pesquisas sobre as sete virtudes identificamos aproximações de símbolos que correspondem à representação de algumas delas, é possível visualizá-las no quadro “As Sete Virtudes” - Galleria degli Uffizi, de autoria de Sandro Botticelli e Piero del Pollaiuolo e também no mural “As Sete Virtudes” de Francesco Pesellino (1422-1457).

<p>Tavares Ano: 2023</p>	<p>Na obra “As sete virtudes” de Botticelli (1445 - 1510) e Del Pollaiolo (1441 - 1496) esses símbolos estão associados à prudência. Outra referência possível, acerca dos apóstolos evangelistas pode-se encontrar na narrativa sobre o apóstolo Paulo que teria sido picado por uma cobra enquanto buscava se aquecer e não teria sido envenenado, posteriormente o evangelista seguiu viagem para promover a cura aos enfermos na cidade de Malta.</p>
<p>Imagem 19</p>  <p>Desenho: Vinicius Tavares Ano: 2023</p>	<p>O cálice é o símbolo atrelado a abundância transbordante. Em passagens bíblicas, o cálice associa-se à preparação do Cordeiro na Santa Ceia, refere-se ao oferecimento de sacrifício Jesus pelo seu derramamento de sangue, em favor da salvação de muitos, pela expiação dos pecados. No mural de Francesco Pesellino (1422-1457), o cálice é associado à fé como uma virtude cristã. A outra possibilidade, ou seja, entender que a imagem trata do apóstolo João remete à narrativa que ele havia sido encarregado de buscar o cálice para a última ceia (Páscoa), participando da construção dessa narrativa de sacrifício.</p>
<p>Imagem 20</p>  <p>Desenho: Vinicius Tavares Ano: 2023</p>	<p>A âncora, enquanto símbolo, vincula-se à esperança, mas como virtude não é representada através desse elemento, como pode ser consultado nas obras “as sete virtudes” que exemplificaram os objetos anteriores. Segundo a simbologia cristã, a âncora teria esse significado por representar o único apoio do navio durante as tempestades. É também símbolo de constância e fidelidade. No início do cristianismo, a âncora, acrescida de uma trave, foi utilizada como símbolo secreto da cruz, e marca, essencialmente, a presença de apóstolos pescadores, podemos citar André, Simão-Pedro, Tiago, João e Felipe.</p>
<p>Imagem 21</p>	<p>A chave está associada ao símbolo de São Pedro Apóstolo, visto que ele possuía as chaves dos portões do paraíso, do Reino dos Céus e portanto o poder de abrir e fechar, ligar ou desligar dos céus. Esse símbolo aparece também nos brasões do Papa e do Vaticano, duas</p>

 <p>Desenho: Vinicius Tavares Ano: 2023</p>	<p>chaves cruzadas (ouro e prata) que simboliza a ligação entre os céus e a terra. A espada é associada como objeto da justiça enquanto virtude.</p>
--	--

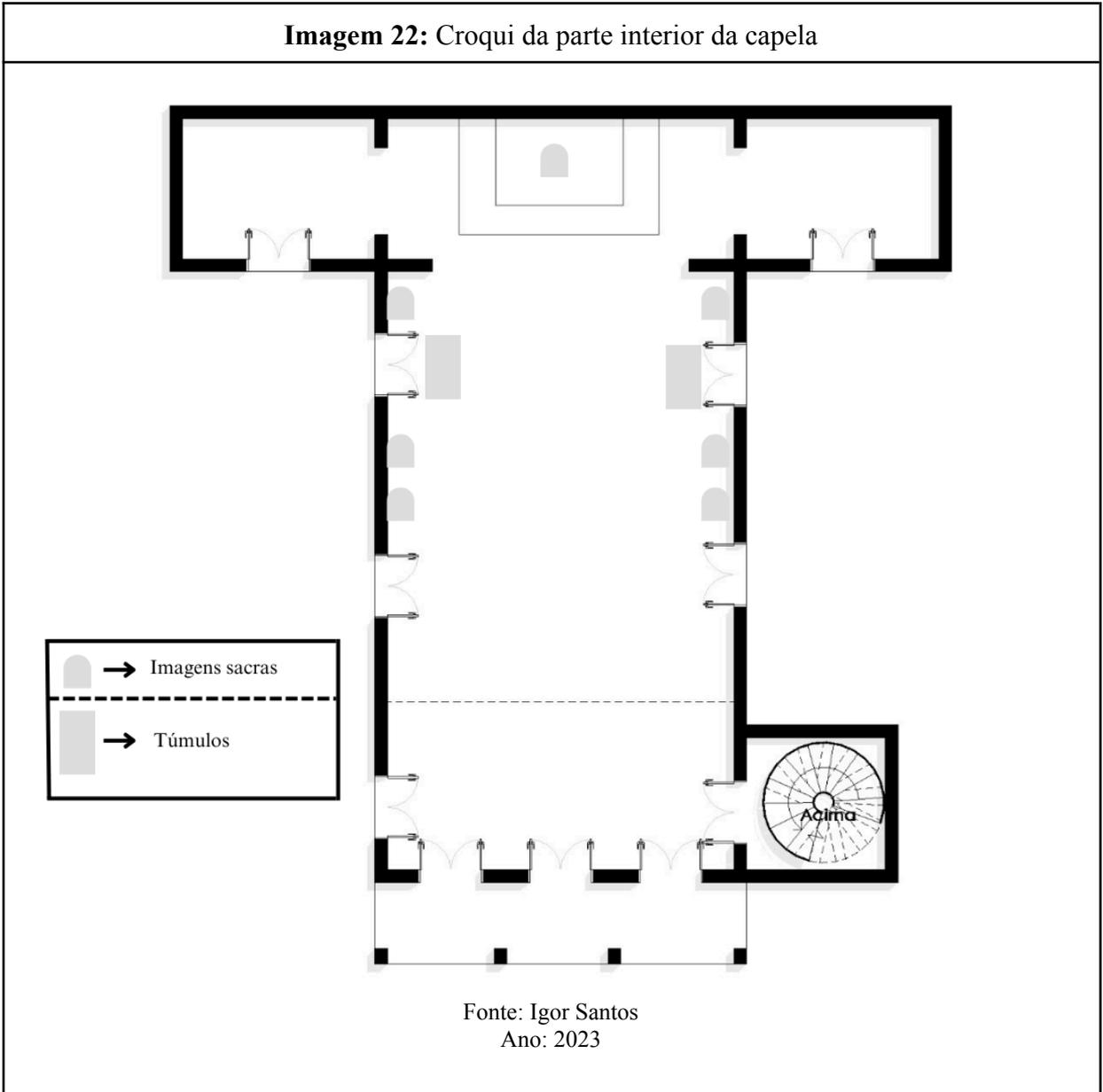
3.3 Parte interior do espaço

Na sequência, apresentamos o croqui da parte interior do espaço. Nossa intenção é situar o leitor sobre como se encontra organizada a Capela, inclusive, dispondo da localização de cada uma das imagens sacras, além das localizações tumulares.

São no total sete imagens que compõem o espaço: São João Batista, que é o padroeiro da capela e está situado no altar-mor; seguem São Pedro, Santa Inês e Santo Antônio, na lateral direita da nave. São José, Santa Terezinha e São João de Deus estão na lateral esquerda da nave.

Os dois túmulos ladeiam a nave. Sepultado à direita da nave da Capela, próximo ao altar-mor, está o coronel José Augusto César Ferraz. Do esquerdo da nave, com o mesmo alinhamento, repousa o jazigo do empresário Thomaz Rodrigues da Cruz, ambos ficam próximos às porta laterais da Capela.

Imagem 22: Croqui da parte interior da capela



Imagens sacras posicionadas no altar-mor da capela

Imagem 23: São João Batista



Analisando o altar de cima para baixo, observamos no topo a cruz com o Cristo crucificado, em seguida um símbolo que se assemelha à um pombo (representação do Espírito Santo) e a imagem do padroeiro da Capela, São João Batista portando seu resplendor, que é uma estrutura removível da peça.

O sacrário traz os dizeres “Ecce panis”- veja o pão (corpo de Cristo). O monograma³⁹ XP - Trata-se de duas letras do alfabeto grego que representam as iniciais do nome de Cristo em grego (Χριστός). É, portanto, o monograma de Cristo.

Cada um dos objetos trazidos na forma da representação da passagem bíblica do personagem carrega sua simbologia ou signo, no caso da escultura de madeira policromada de São João Batista observemos os significados da sua túnica, da cruz que serve de suporte para a flâmula, de seu manto vermelho e do cordeiro que o acompanha.

A imagem de São João Batista é retratada portando uma **Flâmula**, onde está escrito em latim: *Ecce Agnus Dei*, que significa: "Eis o Cordeiro de Deus", em referência ao que ele teria dito por inspiração divina aos seus discípulos após encontrar Jesus às margens do rio Jordão, "Eis o Cordeiro de Deus, aquele que tira o pecado do mundo". (João 1, 29). **O Cordeiro** teria a função de completar o sentido da mensagem da flâmula, simbolizando sacrifício do cordeiro em decorrência da festa da Páscoa, depois substituído por Jesus Cristo, o Verdadeiro Cordeiro Pascal. **A cruz** de São João Batista teria dois significados. O primeiro, representa o anúncio de Jesus como o Salvador, que redimiu a humanidade como o Cordeiro de Deus e que no caso da imagem número 20 serve de suporte para a própria flâmula e o segundo está ligado ao sacrifício no lenho da Cruz, para a expiação dos nossos pecados. **A túnica** revela o modo de vida de João Batista e a exortação principal de suas pregações: a penitência, o jejum e a austeridade. Segundo passagens bíblicas, João Batista usava uma vestimenta de pelos de camelo e um cinto de couro em volta dos rins. Alimentava-se de gafanhotos e mel silvestre. (Matheus 3, 4) e **o manto vermelho** simboliza o martírio, indica que ele foi um mártir da justiça e da verdade, dando sua vida pelo que acreditava. João teria denunciado as ações de Herodes e isso teria motivado sua prisão e morte, a pedido de Herodíades e Salomé.

Em ambas laterais da nave da Capela São João Batista são distribuídos seis oratórios no total, três na lateral direita e três na lateral esquerda, alinhados de maneira simétrica, contendo em cada um deles imagens sacras produzidas em gesso e madeira policromada dos

³⁹ É possível identificar também na fachada da Capela o monograma JHS, que significa Jesus Salvador dos Homens, em latim *Iesus Hominibus Salvator* (IHS).

seguintes representações sacras: Santa Inês, Santo Antônio, São Pedro, São José, Santa Terezinha e São João de Deus.

Imagens sacras nos oratórios		
São Pedro	Santa Inês	Santo Antônio
		
Imagem 24	Imagem 25	Imagem 26
São José	Santa Terezinha	São João de Deus
		
Imagem 27	Imagem 28	Imagem 29

Não foram encontradas informações que permitam especificar a data em que a capela foi construída, deste modo, os dados apresentados nos possibilitam considerar o ano de falecimento do Coronel José Augusto César Ferraz como marco da edificação, ponderando ser o primeiro dos sepultamentos ocorridos dentro da capela, no ano de 1906. Por consequência lógica, a mesma teria de ter sido construída antecedendo esse acontecimento, ou seja, no final do século XIX, o que acompanharia o período de gestão de Thales Ferraz, filho de José Augusto Ferraz. Vejamos as informações contidas em cada um desses túmulos

<p>Imagem 26: Túmulo de José Augusto Cesar Ferraz</p>	<p>Imagem 27: Túmulo de Thomaz Rodrigues da Cruz</p>
 <p>A dark, rectangular gravestone with a slightly arched top. The inscription is in raised letters and includes: 'JAZIGO PERPETUO DO CORONEL JOSÉ AUGUSTO CESAR FERRAZ', '10 DE ABRIL DE 1840', '03 DE MAIO DE 1906', and 'LEMBRANÇA DE SUA VIÚVA E FILHOS'.</p> <p>Acervo: Milena Santos Ano: 2022</p>	 <p>A light-colored, rectangular gravestone with a decorative border of starburst patterns. The inscription is in a cursive script and includes: 'Thomaz Rodrigues da Cruz', '29-1-1852', and '1-8-1919'.</p> <p>Acervo: Milena Santos Ano: 2022</p>
<p>Localização: a direita do altar mor Informações: Jazigo perpétuo do Coronel José Augusto Cesar Ferraz. Lembrança de sua viúva e filhos. Nascimento: 10 de Abril de 1840 Morte: 03 de Maio de 1906</p>	<p>Localização: a esquerda o altar mor Nascimento: 29 de janeiro de 1852 Morte: 01 de agosto de 1919</p>

Até aqui, os documentos contidos no processo de tombamento nos ofereceram uma visão geral sobre como se estabeleceu a legitimidade atribuída à Capela São João Batista como patrimônio. A partir do processo, esta Capela foi fixada como testemunho do passado fabril da cidade, sendo que o critério originalidade, já refutado aqui – principal argumento da narrativa para sua patrimonialização – vincula-se a um sentido estético, histórico e religioso. No entanto, a nossa análise, apesar de considerar que a capela tem sua relevância histórica, nos faz questionar as justificativas dessa seleção.

Por isso, convém entendermos, mais à frente, sobre as características do Patrimônio Industrial para que em junção a outras informações correspondentes a essa patrimonialização e as reflexões de autores que trabalham especificamente essa tipologia de Patrimônio possamos adentrar mais a fundo nessa tecitura dos fios.

CAPÍTULO IV - PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E TECITURA DOS FIOS

Este capítulo foi idealizado com a pretensão de transmitir ao leitor a complexidade que a construção da legitimidade de um determinado bem pode abarcar. Entendemos que esses fios são, metaforicamente, a representação de diversos argumentos, justificativas, influências e caminhos que compõem um “produto final”, que, nesse caso, é o bem patrimonializado.

O tecido, portanto, nada mais é do que uma metáfora para pensar a própria ideia de patrimônio. Consideramos, aqui, que patrimônio é um conceito moderno, formado por vários entrelaces de memórias, esquecimentos, disputas e discursos. As relações que constroem o patrimônio são o nosso “tear”, e buscamos, portanto, entender as características que compõem a conceituação do Patrimônio Industrial, para isso, compormos as referências do reconhecimento dessa tipologia de Patrimônio no Brasil, refletindo, inclusive, sobre quais memórias podem ser evocadas ou evitadas.

4.1 Patrimônio Industrial

Segundo Beatriz Kühl (2006), a tipologia de Patrimônio Industrial surgiu como objeto da arqueologia industrial, em meados do século XX (década de 50) na Inglaterra, com a intenção de conter as recorrentes destruições de fábricas no país. Beatriz Thiesen (2006) ressalta que a Arqueologia Industrial teve seu caráter arqueológico inicialmente negado por não ter uma “profundidade temporal” ou seja, não ter um distanciamento relevante cronologicamente da atualidade, além de não depender metodologicamente do uso de escavações para analisar seus artefatos. Thiesen considera que esse ramo da arqueologia não se restringe

[...] às unidades fabris, à sua estrutura [física] e aos artefatos diretamente ligados a ela, tais como maquinário ou produtos. Ainda que tais estudos possam ser importantes e proveitosos, é preciso não perder de vista outras marcas, materializadas em outros suportes, deixadas pela expansão de uma economia e uma sociedade industrial. Essa diversificada cultura material carrega em si a narrativa de diferentes facetas de um mesmo drama: estratégias de sobrevivência, de dominação ou resistência; relações de trabalho, de gênero ou étnicas; divisões econômicas, religiosas ou espaciais, e tantas outras questões (Thiesen, 2006, p.03).

Pela amplitude que esse estudo pode abarcar, Beatriz Kühl (2006) defende um caráter interdisciplinar, por crer que “a arqueologia industrial interessa a várias áreas do conhecimento, em especial as humanidades, estando ligada a antropologia, a sociologia e a história - social, do trabalho, econômica, das ciências, da técnica, da engenharia, da arte, das cidades.” (Kühl, 2006, p.02).

Thiesen (2006) compreende que “a arqueologia industrial deve ser entendida como o estudo das mudanças sociais, econômicas e culturais decorrentes do crescimento da organização capitalista na indústria, a partir da interpretação das suas evidências materiais” (Thiesen, 2006, p. 2) e, por isso, sugere a adequação do uso terminológico de arqueologia industrial para arqueologia da industrialização. Ao propor uma arqueologia da industrialização, Thiesen entende que essa reformulação torna possível abarcar certos espaços que ultrapassam as unidades fabris e redimensionam a complexidade das relações que se deram a partir do elemento industrial.

Beatriz Kühl (1998) apresenta ainda que, “o patrimônio histórico que concerne à indústria é especialmente sensível por ocupar, geralmente, vastas áreas em centros urbanos e sua obsolescência e falta de rentabilidade tornam bastante delicada a questão de sua preservação”. E, por isso, tendem a desaparecer “não apenas os edifícios industriais em si, mas também os vestígios dos produtos ali fabricados, dos métodos de produção, das

condições de trabalho e moradia do operariado, das relações sociais e espaciais em uma cidade ou região”. (Kuhl, 1998, p. 221).

No Brasil, o primeiro tombamento que teve objetivo contemplar essa tipologia de bem cultural ocorreu em 1964, através do IPHAN, reconhecendo os “remanescentes” da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, localizada no município de Iperó, em São Paulo, como patrimônio. No entanto, Kuhl destaca que as “iniciativas mais sistemáticas tardaram a ocorrer, sendo a tutela oficial dos bens vinculados ao processo de industrialização bastante rara” (Kühl, 2006, p.01).

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), foi fundado no ano de 1978 em Ironbridge, Inglaterra. O TICCIH surgiu com a preocupação de fomentar debates sobre a preservação e a manutenção de espaços vinculados às atividades industriais, além de formular definições que fossem capazes de transmitir a complexidade desse patrimônio. Em 2003, este comitê internacional promoveu um encontro na Rússia e, a partir das discussões realizadas, elaborou-se a carta de Nizhny Tagil (2003) que, hoje, nos fornece os subsídios para entender a arqueologia industrial enquanto

[...] um método interdisciplinar de estudar toda a evidência material e imaterial de documentos, artefatos, estratigrafia e estruturas, habitação e paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. Utiliza de métodos de investigação mais adequados a aumentar a compreensão do passado e do presente industriais.

Além de fixar o Patrimônio Industrial, definindo-o como:

[...] os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetural ou científico. Esses vestígios consistem de prédios ou máquinas, oficinas, moinhos e fábricas, minas e locais para processamento e refinamento, armazéns (*warehouses*) e galpões, de locais onde a energia é gerada, transmitida e utilizada, transporte e toda a sua infraestrutura, assim como de locais usados para atividades sociais relacionadas à indústria, tais como habitações, locais para culto⁴⁰ e para a educação. (Carta de Nizhny Tagil, 2003, p.03)

Ademais, o exemplo do tombamento dos remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (1810) na década de 60 do século passado, registrado no livro de tomo histórico⁴¹, demonstra o reconhecimento institucionalizado das contribuições da indústria no desenvolvimento econômico, tecnológico e político durante o período monárquico brasileiro. Embora, só no início do século XXI a Carta de Tagil fosse redigida, trazendo de modo sistematizado aquilo que compõe a tipologia de Patrimônio vinculado à Industrial.

Numa análise genérica, considerando apenas maquinários, estruturas arquitetônicas e desconsiderando contextos sociais e históricos, não é óbvio pensar a Capela São João Batista

⁴⁰ Grifo nosso.

⁴¹ Lista de bens tombados pelo IPHAN por Estado realizada em 2015.

como parte integrante do Patrimônio Industrial. Em Arroio dos Ratos, município no Rio Grande do Sul, situação similar ocorreu com a Igreja de Santa Bárbara, reconhecida como Patrimônio Industrial por compor um conjunto arquitetônico do qual fazia uso a comunidade mineradora (Freitas, 2015). Justifica-se o tombamento desses espaços, compreendidos de forma conjunta por ambientarem diferentes experiências que dialogam entre si de maneira agrupada, por terem sido parte integrante de vivências do operariado e dos industriais, cenários onde puderam ser desenvolvidas, por exemplo, estratégias de dominação e insubordinação. No caso da Capela, para suprir necessidades simbólicas e materiais, como a busca pela superação de dificuldades vinculadas à fome, à miséria, à perseguição no trabalho, a necessidade de suportar através do divino, a busca pela força para o próximos dias de trabalho, para comemorar e agradecer conquistas, onde foram operadas diferentes maneiras de intercessões que pudessem agir na mudança da realidade.

A Capela São João Batista serviu e serve como espaço de culto ao sagrado, mas também de culto aos industriais, que ocuparam e ocupam esse lugar de memória há décadas, de forma física e simbolicamente (uma espécie de controle em vida e *post mortem*). É curioso pensar que o local em que se pedia intercessão, que era o “refúgio” das mazelas do cotidiano, estaria impregnado do carrasco, responsável por causá-las e por ele ser “vigiado”.

Podemos constatar através da carta de Tagil (2003) que a Capela São João Batista é um patrimônio industrial, porém ainda que pertença a essa categoria, a Capela não exercita a memória do trabalho a ela relacionado (Ricoeur, 2004). Entende-se aqui a memória do trabalho enquanto um fenômeno histórico que atravessa diferentes tipologias de patrimônios, manifestando-se no processo de desenvolvimento e reprodução de diferentes ofícios, incluindo as vivências por eles impulsionadas ou conexas, vincula-se à capacidade de projetar ou transmitir a produção de materiais e experiências a eles atreladas para as futuras gerações, independente do processo produtivo em que esteja envolvido (artesanal ou industrial).

A memória que se exercita através desse espaço, com base em registros⁴² produzidos para a divulgação da reinauguração da Capela após o processo de restauração em que esteve envolvida, é uma memória da religião católica, para a qual segue sendo utilizada, mas não exclusivamente. A edificação reforça também o papel do empresariado, seja a partir das lápides, ou se valendo da propagação por meios de comunicação de um discurso que atribui a responsabilidade pela edificação não ser destruída e permanecer enquanto patrimônio histórico à matriarca da família Franco e ex-diretora da SISA, Maria Virginia Franco, que por

⁴² Tv Atalaia, matéria: Igreja São João Batista é reaberta no Aracaju Parque Shopping - Balanço Geral Sergipe. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Hbn8tv5gPiM>>. Acesso: 29/08/2023.

ter um vínculo afetivo e compreender o papel que o espaço cumpria, teria solicitado sua manutenção antes de seu falecimento, o que inclusive, submerge além das memórias do trabalho ali desempenhado, os sujeitos que estiveram envolvidos no processo de sua patrimonialização.

Portanto, pensar na Capela como patrimônio industrial abre caminhos para coletivizar o espaço de memória. Apenas a democratização desses ambientes tornará possível fazer emergir outras formas de representações, e assim possibilitar que a comunidade do entorno se veja não mais como coadjuvante, desnaturalizando esse papel e reivindicando o protagonismo de uma história que também lhes pertence.

Considerações finais

O presente trabalho guiou-se pela pretensão de demonstrar, a partir dos capítulos, como o patrimônio industrial vinculado à SISA foi sendo tecido, escrito ou estabelecido ao longo da história do empreendimento, mas não somente. Buscou-se expressar como a compreensão da Capela São João Batista como patrimônio de Sergipe também foi uma construção argumentativa e burocrática.

Esta pesquisa objetivou apontar de que maneira o edifício em questão alcançou a legitimidade enquanto patrimônio e de que modo foram fixadas as características de sua defesa como bem cultural, acompanhadas das contradições que o envolve. Assim, procurou-se expressar aquilo que não estava visível, como a exemplo dos conflitos e diferentes narrativas que não foram registradas oficialmente.

O início da pesquisa propôs cumprir com o papel de situar o leitor sobre o funcionamento da SISA e o contexto histórico em que ela esteve envolvida. Teve como intencionalidade contar sobre algumas personalidades que, a partir dela, construíram seu patrimônio financeiro e, assim, firmaram-se na história de Sergipe, além de apresentar alguns dos equipamentos que pertenciam ao complexo arquitetônico fabril, para desta forma, demonstrar como foram tecidas ou construídas as tramas da história industrial da região e, também, daquilo que veio a se tornar patrimônio.

Em seguida, houve o empenho de reorganizar e analisar os documentos produzidos pelo Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC), especificamente aqueles que envolviam o processo de legitimação e de reconhecimento da Capela São João Batista enquanto Patrimônio Cultural do Estado de Sergipe, objetivando expressar algumas das disputas, negociações e concessões que ocorreram durante todo o processo de patrimonialização.

Algumas porque compreende-se que aquilo que foi documentado corresponde apenas à uma parcela de quase quatro anos em que o processo tramitou.

O terceiro capítulo encarregou-se de trazer o vestígio, aquilo que restou de um todo composto pelo conjunto arquitetônico da SISA e que, por ter sido eleito enquanto digno de continuar existindo, foi patrimonializado. Apresentou-se a Capela São Batista e algumas de suas características arquitetônicas, idealizando demonstrar os discursos projetados e abrigados simbolicamente dentro e fora de sua estrutura física.

O quarto e último capítulo, norteou-se pela compreensão do que vem a ser patrimônio industrial, dedicou-se a firmar a Capela enquanto uma edificação que embora não indique estrutural e diretamente como a SISA teceu sua relação com a indústria sergipana, detém argumentos a ela vinculados para ser considerada pertencente a essa categoria de patrimônio, essencialmente pelo contexto histórico em que esteve inserida e por qual foi construída. Ademais, tratou sobre as formas como as memórias relacionadas à Capela têm sido trabalhadas e ocultadas após seu reconhecimento como patrimônio.

A densa pesquisa em arquivos e a análise do processo de tombamento para o desenvolvimento da presente investigação tornou perceptível diferentes conflitos sociais e que repercutem aspectos da vida cotidiana e que, conseqüentemente, se tornam tanto elementos quanto possibilidades para a realização de futuras pesquisas. Como, por exemplo, o processo de gentrificação iniciado através da demolição da SISA e a inserção do Aracaju Parque Shopping no bairro Industrial. Destaca-se que a construção do shopping teve seu início demarcado pela destruição de vilas operárias. Além disso, houve a anexação parcial da Travessa São Luís ao estacionamento do *shopping*, promovendo a incorporação do território do entorno imediato ao empreendimento e ocasionando tanto um redirecionamento da população que ocupava esse local para outras áreas da cidade, quanto um enobrecimento ao bairro.

As análises imagéticas, com base nas fotografias do início do século XX, foram um caminho para lançar olhar sobre as representações dos trabalhadores fabris da SISA, seus espaços de trabalho e lazer, além de possibilitar refletir sobre o potencial desses registros de retratar corpos, gêneros, idades, desigualdades sociais e as relações étnico-raciais estabelecidas durante esse período.

Para a extroversão e reflexão das narrativas imagéticas citadas acima, poderia ser proveitoso o desenvolvimento de estudos expográficos acerca do patrimônio industrial sergipano, objetivando discutir os apagamentos sobre as memórias operárias e o movimento operário, bem como os silêncios promovidos através das relações patronais, priorizando a

busca pelo estabelecimento de posições que combatam o modelo coronelista em que se conduz a política local, notadamente de como essas questões têm atravessado às compreensões sobre as políticas patrimoniais no Estado de Sergipe. Além de serem necessárias maiores pesquisas no arquivo do CEC que apontem o modo como é operada a política voltada para o campo do patrimônio de maneira geral, seja ela material e imaterial.

Esses são apenas alguns dos temas potenciais que surgiram durante a realização do trabalho deste estudo de caso que, nesse caso, foi idealizado e desenvolvido com o propósito de analisar como as políticas patrimoniais no Estado de Sergipe têm sido instrumentalizadas. A pesquisa, dessa forma, observa e pretende demonstrar as diferentes camadas que envolvem o tecido patrimonial, além de refletir sobre aquilo que está submerso dentro do emaranhado de fios que estabelecem a escolha de um bem cultural e o torna reconhecido enquanto patrimônio.

Embora haja uma ausência de espaços e de narrativas que valorizem determinados aspectos culturais vinculados à relevância da indústria em Sergipe, é possível observarmos a existência de esforços que se contrapõem a essa lógica, como, por exemplo, a presente dissertação. Intencionou-se, desse modo, contribuir para o entendimento do quão complexo é um processo institucional em que se concede a chancela patrimonial e, deste modo, dimensionar as múltiplas relações que são imbricadas e promovidas no contexto político. Conhecer a dinâmica desse procedimento é construir um possível caminho para reverter o contraditório que é ser um patrimônio cultural que pressupõe ser público, mas ainda assim privado de representatividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Denilza Viana de. **Aspectos da escravidão urbana no Sergipe oitocentista: mercado, conflitos e poder local. (1850-1870)**. Monografia (licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

ALVES, Patrícia Lima. **Reestruturação produtiva e os trabalhadores: um olhar atual sobre o setor têxtil em Sergipe**. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888**. Salvador, 2007, (Tese de doutorado).

ANSARA, Soraia e Dantas, et al. **Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva**. Revista Athenea Digital, 15(1), 2015, p.207-223. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1356>>. Acesso: 11/09/2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº. 22.928, de 12 de julho de 1933**, Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. **Constituição Federal de 1934**, Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. **Decreto-Lei 25, 30 de novembro de 1937**, Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BONI, VALDETE *et al.* Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso: 07/08/2021.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: Contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Editora Zouk, 3ª edição, 220 páginas. Porto Alegre-RS, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli – São Paulo, Editora Perspectiva, 2007.

CALAZANS, Regina da Conceição Meira. **Arqueologia, gênero e memória do trabalho: as operárias têxteis da fábrica da Sergipe Industrial, Aracaju, séculos XIX-XX**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) - Departamento de Arqueologia, Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013.

CARTA DE NIZHNY TAGIL para o Patrimônio Industrial. In: **The International Committee for the conservation of the industrial heritage**. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3517/351732195011.pdf>>. Acesso em: 27/09/2021.

CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. **Nos domínios de Hades: A representação da morte em Aracaju/SE, durante a primeira República**. Dissertação de mestrado (Mestrado em

História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió. 2014.

CORREIA, T. de B. Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 47-104, 2008. DOI: 10.1590/S0101-47142008000200003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5493>. Acesso em: 31 maio. 2023.

CLOSSICK, Jane. **Cidade industrial, cidade principal Manchester**, 72-87. Revista Atlas of Cities, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4688040/mod_resource/content/1/textoSD-Cidade%20Industrial.pdf.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**, Nº 34, Edição: 2012 Páginas: 450. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca=34>>. Acesso: 18/08/2021.

CHUVA, Márcia. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma perspectiva Histórica, Ética e Política In: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Org.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/ev108s1>>. Acesso: 01/10/2021.

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. **O lugar do patrimônio industrial**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1614661>. Acesso em: 12 dez. 2022.

FREITAS, Tassiane Mélo de. **De Complexo Carbonífero a museu: o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983–1994)**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

FLORIDA, Richard and Paul Knox. Clossick, Jane. The Industrial City. In: **Atlas of Cities**. Princeton University Press, 2014.

HALBWACHS, Maurice; Laurent Léon Schaffter (trad.) **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice - Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

IZECKSOHN, Vítor. **Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão**. Topoi (Rio J.) 4 (6), 2003, disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X004006002>

KUHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas teóricos de restauro**. Cotia- SP: Ateliê editorial, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. **Patrimônio. Revista Eletrônica do IPHAN**, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165>. Acesso em: 02 jun. 2023.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: FAPESP. Acesso em: 25 ago. 2023. , 1998.

LAPA, D. A., & AMORIM, S. S.. **O encontro das linhas: cidade de Aracaju e grupos escolares (1914-1925)**. Revista História Da Educação, 24, e93420, 2020. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/93420>

LEITE LOPES, J. S. Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. **Mana**, v. 17, p. 583-605, 2011.

LEITE LOPES, J. S. **Memória e Transformação Social**. 1. ed. Rio de Janeiro/São Luís: Casa 8, 2016. v. 1. 108p .

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Os agenciamentos da memória política na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 145-158, 2014.

LIMA, E. C. de, & Oliveira Neto, C. R. de. **Revolução Industrial: considerações sobre o pioneirismo industrial inglês**. Revista Espaço Acadêmico, 17(194), 102-113. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32912>

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **A Inspeção de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937)**. ANNALS OF MUSEU PAULISTA – vol. 25, nº3, September-December 2017.

MARTINS, Helena. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Análise sintático-espacial das transformações urbanas de Aracaju (1855 a 2003)**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História - v. 10 (1993): JUL./DEZ. HISTÓRIA E CULTURA. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso: 20/08/2021.

PASSOS SUBRINHO, J. M. dos, et, al. **Breve histórico da indústria sergipana**. VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas, Aracaju/2007. Disponível em: acesso: 03/12/2020.

PASSOS SUBRINHO, J. M. dos. **História econômica de Sergipe: 1850-1930**. 1983. 154 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279518>>. Acesso em: 16 set. 2021

PASSOS SUBRINHO, J. M. (2000). **Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro; Sergipe 1850/1930**. Aracaju: FUNCAJU.

PEREZ, X. P. **Turismo Cultural: Uma visão antropológica**. Colección PASOS edita, nº 2, 2009, 324 p. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita2.pdf>. Acesso em: 22/04/2021.

Prefeitura Municipal de Aracaju Secretaria Municipal do Planejamento e Orçamento. **RELATÓRIO FINAL, DIAGNÓSTICO DA CIDADE DE ARACAJU/SE**. Vera Lúcia França, Aracaju Janeiro, 2014.

POULOT, Dominique. **“A razão patrimonial no Ocidente”**. In. **Uma história do patrimônio no ocidente**. São Paulo: Estação da liberdade, 2009, p.197-230.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANT'ANNA, Marcia. **Introdução: O Patrimônio e sua norma**. A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990 [online]. Salvador: EDUFBA-PPGAU FAUFBA, 2017, pp. 17-43. ISBN: 978-85-232-1871-3. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788523218713.0002>>. Acesso: 20/07/2021.

SANTOS, Ana Flávia Souza. **Potencialidades da arqueologia industrial em Sergipe: estudo de caso da fábrica de tecido Sergipe Industrial**. 2014. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia)- Departamento de Arqueologia, Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2014.

SANTOS, Ana Paula Cruz. **Formação e desenvolvimento de coleções do Gabinete de Leitura de Maruim: (1877-1900)**. 2013. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Núcleo de Ciência da Informação, Centro de Ciências e Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2013.

SANTOS, José Francisco dos. **O porto velho de Maruim, Sergipe: um olhar arqueológico**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) Departamento de Arqueologia, Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2014.

SANTOS, Milena de Almeida. **O processo de patrimonialização da capela de São João Batista do Bairro Industrial em Aracaju-SE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019.

SANTOS, Patricia Lima Moraes. **Terra, população e economia na organização do espaço agrário em Maruim. (1850-1888)** Dissertação (Mestrado em geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2005.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE. 2007**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SANTOS, Gilvan Vitor dos. **O círculo católico em Sergipe: Práticas educativas e organização da cultura operária (1936-1969)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SCARANTO, Sâmia Carolina Lima. SILVA, Rooseman de Oliveira. Aracaju Parque Shopping: cultura e religião em espaço empresarial. **Ciências Humanas e Sociais - UNIT**, v. 5 n.1 p. 11-28, out. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 391-431, 2014. Acesso em: 30 maio 2023

SERGIPE. **Processo nº OF.728/2013/013.000.03793/2013-9, que trata do tombamento da Fábrica de tecidos Sergipe Industrial**. Secretaria de Estado da Cultura. Aracaju: SECC; 2013.

SERGIPE. **Lei nº 2069** de 28, de dezembro de 1976.

SILVA, Bruno Bianchi Gonçalves da. **Indústria têxtil no Nordeste: A experiência de Alagoas e Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2019.

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Revista Litteraria do Gabinete de Leitura de Maroim (1890-1891): subsídios para a história dos impressos em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Em nome do progresso e da liberdade: “ordem” e “rebeldia” no emergente processo urbano industrial de Aracaju (1910-1930)**. Monografia 37 apresentada de conclusão do curso de especialização em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1993.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Disciplina e Resistência – Cotidiano dos Operários Têxteis em Aracaju (1910 a 1930)**. São Cristóvão: UFS/DHI, 1991. (Monografia).

TAVARES, D. K.; COLVERO, R. B. Ingleses no Brasil: Estilo de Viver, Estilo de Morrer. **Seminário de História da Arte**, v. 5, p. 1-24-24, 2015.

THIESEN, Beatriz, Valadão. **Arqueologia Industrial ou arqueologia da Industrialização? Mais que uma questão de abrangência**. Patrimônio. Revista Eletrônica do Iphan, nº 4, 2006, s/p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/arqueologia_industrial.pdf>. Acesso em abril de 2022.

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Curso superior de Engenharia Têxtil: Projeto Político-pedagógico**. Campus Apucarana – UTFPR, 2014, p.178.